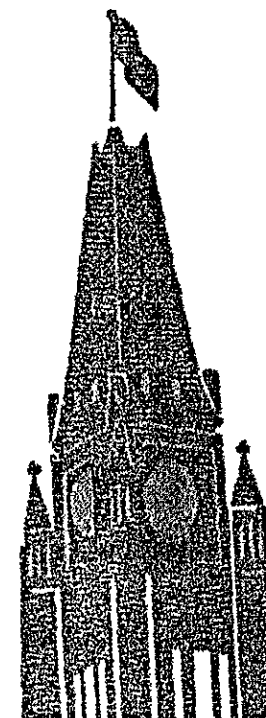




**Escritório do
Auditor Geral
do Canadá**

Glossário de Termos de Auditoria

*Parte Integrante do
Manual de Auditoria
Integrada*



**Tradução do
Tribunal de Contas do Estado da Bahia - Brasil**
Programa de Desenvolvimento da Auditoria - Escola de Auditoria Pública
Série de Traduções do TCE nº 06

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

1995

Conselheiro Presidente
Adhemar Martins Bento Gomes

Conselheiro Vice-Presidente
Renan Rodrigues Baleeiro

Conselheiro Corregedor
Faustino Dias Lima

Conselheiros
Bernardo Spector
Filemon Matos
Antônio França Teixeira
Eliel Silva Martins

Chefe de Gabinete da Presidência
Carlos Vasconcelos Domingues da Silva

Assessor Chefe da Assessoria Jurídica
Roberto Maia de Ataíde

Assessor Chefe da Assessoria de Planejamento
Eliana Moura Costa Menezes

Assessor Chefe da Assessoria Técnica
Edna Maria Delmondes de Carvalho

Secretário Geral
Telma Almeida de Oliveira

Coordenador do Programa de Desenvolvimento da Auditoria
Pedro Humberto Teixeira Barretto/Inaldo da Paixão Santos Araújo

Coordenador de Controle Externo da 1ª CCE
Vivaldo Evangelista Ribeiro

Coordenador de Controle Externo da 2ª CCE
Frederico de Freitas Tenório de Albuquerque

Coordenador de Controle Externo da 3ª CCE
Inaldo da Paixão Santos Araújo

Coordenador de Controle Externo da 4ª CCE
Ivonete Dionízio de Lima

Coordenador de Atos e Registros de Pessoal - COAP
Lilian Damasceno Ferreira Santos

Coordenador de Administração - CAD
Geraldo Mesquita de Figueiredo Barbosa

Chefe da Inspetoria de Finanças - IF
Cleuza Catarina Magalhães Cerqueira

Diretor Geral do Centro de Processamento de Dados e Auditoria de Sistemas Computadorizados - CEDASC
Sandra Bokor Ferreira Andrade Lima

Escritório do Auditor Geral do Canadá

OAG

Fevereiro 1991

Glossário de Termos de Auditoria

Este Glossário é parte integrante do Manual de Auditoria Integrada – *Comprehensive Auditing Manual* – do Escritório do Auditor Geral do Canadá atualizado em Fevereiro de 1991



Tradução do
Tribunal de Contas do Estado da Bahia - Brasil
Programa de Desenvolvimento da Auditoria - Escola de Auditoria Pública
Série de Traduções do TCE nº 06

Fevereiro 1991

Traduzido e reproduzido com a autorização do Escritório do Auditor Geral do Canadá, em 29 de agosto de 1995.

EQUIPE DE PRODUÇÃO:

Tradução: Maria Emília Passos, Maria Lúcia Ferreira Rodrigues, Maria Lima Menezes Máltez Garrido e Maria Thereza Borges da Silva, professoras indicadas pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia

Revisão Técnica: Inaldo da Paixão Santos Aratijo, Ivonete Dionizio de Lima, Pedro Humberto Teixeira Barretto e Vivaldo Evangelista Ribeiro, auditores e Dêlza Maria Teixeira da Silva, técnica do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Digitação: Carla da Silva Souza

Diagramação e Impressão: LUFAN - Produção Gráfica

Office of the Auditor General of Canada.

Glossário de Termos de Auditoria do Manual de Auditoria Integrada. Trad. Maria Emília Passos, Maria Lúcia Ferreira Rodrigues, Maria Lima Menezes Máltez Garrido, Maria Thereza Borges da Silva, 1ª ed. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 1995.

66 p.

Título Original: "Comprehensive Auditing Manual - Glossary of the Office of the Auditor General of Canada"

1 Auditoria Pública: Canadá

2. Administração Pública: Canadá

3 Órgão Público: Canadá

I. Escritório do Auditor Geral do Canadá

II Título

CDU 657.6 (420)

LUFAN

@ 1995 Escritório da Auditoria Geral do Canadá

Todos os direitos reservados. Esta publicação somente pode ser usada como fonte de pesquisa e treinamento pelos organismos governamentais brasileiros. Não pode ser vendida, como também nenhuma parte dela pode ser reproduzida sem prévia autorização do Escritório de Auditoria Geral do Canadá.

@ 1995 Office of the Auditor General of Canada

All rights reserved. This material is provided only for the training research purposes of the central and state governments of Brazil. No part of this material may be reproduced, lent, hired out, sold or otherwise circulated without the prior written consent of the Office of the Auditor General of Canada.

@ 1995 Bureau du Vérificateur général du Canada

Tous droits réservés. Ce document est mis à la disposition des gouvernements central et provinciaux du Brésil aux seules fins de formation de leur personnel et de recherche. Ce matériel ne peut être reproduit, prêté, loué, vendu ou autrement diffusé sans le consentement préalable écrit du Bureau du Vérificateur général du Canada.

Sumário

Apresentação	5
Glossário	7
Índice de Termos	53

Apresentação

No continuado esforço de aprimorar o seu desenvolvimento técnico, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia vem mantendo contato e convênios de cooperação técnico-cultural com diversos organismos de auditoria de outros países, entre eles o Escritório do Auditor Geral do Canadá.

Objetivando aperfeiçoar a metodologia de auditoria pública no Brasil, e em comemoração do seu 80º Aniversário, este Tribunal oferece a tradução para o idioma português do Glossário de Termos de Auditoria, que é parte integrante do Manual de Auditoria Integrada do mencionado Escritório

*Conselheiro Adhemar Martins Bento Gomes,
Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia
Outubro de 1995*

Accountability (*Accountability*) (Vide Responsabilidade de prestar contas)

Achados (*Finding*) No uso normal do termo, uma conclusão a que se chega através de investigação judicial ou outra forma de investigação. (*Concise Oxford Dict. 7th ed.*) Em auditoria, o termo é utilizado para descrever o resultado da comparação entre um critério e uma situação real, controle ou circunstância aos quais este critério foi aplicado.

Achados de auditoria (*Audit Finding*) Resultado de achados, análise e comparação de fatos. O Escritório do Auditor Geral observa e descreve uma situação (por ex., através de entrevista, exame de documentos, etc.) e compara essa situação com os critérios preestabelecidos (por ex., através de sistemas de testes, análise, etc).

Ações ilegais e questionáveis (*Illegal and Questionable Acts*) Ações ilegais e questionáveis que podem ser diretas e indiretas:

- ações executadas no Canadá que estão em discordância com as leis do Canadá, ou ações executadas fora do Canadá que violam as leis do local onde as operações ocorrem ou que, se realizadas no Canadá, violariam o Código Criminal do Canadá;
- aceitação ou concessão de subornos ou benefícios ilícitos;
- utilização imprópria de influências (Baseado na Circular nº 1977-6 do CT/ Based on TB Circular nº 1977-6).

Uma ação questionável ou pagamento indevido pode ser qualquer ato ou pagamento destinado a persuadir ou influenciar o recebedor a violar um acordo, ou que possa levar a uma violação da lei.

Uma ação questionável nem sempre é uma operação financeira direta, mas pode incluir benefícios em espécie. Além disso, uma ação indevida ou questionável pode não ser ilegal, mas ter a intenção de burlar a lei. Por exemplo, a natureza de um pagamento pode ser legal, mas os registros podem ter sido falsificados para ocultar a natureza do beneficiário.

Acompanhamento (*Follow-up*) (Vide Fases da auditoria)

Adequado (*Adequate*) a proporcional (às exigências); suficiente, satisfatório, minimamente suficiente; daí adequação. (*Concise Oxford*)

Adiantamento de capital de giro (*Working Capital Advance*) Autorização dada pelo Parlamento para sacar importâncias do Tesouro Nacional até um limite especificado e para fins determinados. O montante registrado de um adiantamento de capital de giro em uma determinada data representa a quantia da autorização utilizada até essa data. (Vocabulário Bilingüe/*Bilingual Vocabulary*)

Adjunto (*Deputy Head*) Dirigente não eleito de um ministério ou de qualquer repartição governamental. O termo se aplica a ministros, dirigentes, presidentes ou outros funcionários executivos superiores. (Organização/*Organization*)

Administração (*Management*) 1. A ação de planejar, dirigir e controlar as atividades de uma organização ou projeto com a finalidade de garantir o cumprimento de suas metas. 2. As pessoas envolvidas que detêm a responsabilidade e a autoridade para gerir uma organização. (CICA: Terminologia/*Terminology*) Qual(uais)quer pessoa(s) com autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades de uma empresa. Desse modo, no caso de uma companhia, a administração incluiria diretores, executivos e outras pessoas desempenhando uma função de administração. (CICA: Manual/*Handbook*)

Agência (*Agency*) Termo usado no governo federal para designar qualquer entidade legal que não seja departamento ou empresa estatal da Coroa. O termo não deve ser confundido com corporação estatal. (Organização/*Organization*)

Agente de mudança (*Agent of Change*) O papel básico do Auditor Geral, como funcionário do Parlamento, é preencher os requisitos estabelecidos pela Lei do Auditor Geral. Na medida em que isso é feito, o governo pode posteriormente fazer alterações com base nos relatórios do Escritório do Auditor Geral. O Escritório pode, portanto, ser considerado como um "agente de mudança". Embora esse não seja o nosso papel nem constitua um dos nossos objetivos, de modo geral, reconhecido como um subproduto do nosso trabalho

Ambiente de controle (*Control Environment*) (Vide Controle interno)

Amostragem (*Sampling*) 1. Exame de itens selecionados a partir de uma população com o objetivo de inferir características de toda a população dessa amostragem. 2. Processo de selecionar itens para inclusão em uma amostra. (CICA: Terminologia/*Terminology*)

Amostragem representativa (*Sampling, Representative*) Amostragem em que a amostra selecionada é considerada típica de toda a população de que foi extraída. (CICA: Terminologia/*Terminology*)

Aplicações de PED (*EDP Applications*) Referem-se aos sistemas que são processados através de aplicações de PED, como um sistema de pagamento ou um sistema de controle de estoque. (Guia de Auditoria: Auditoria de PED/*Audit Guide: Auditing of EDP*)

Assuntos de potencial importância (*Matters of Potential Significance*) Condições que poderiam existir em um elemento da auditoria e que poderiam levar a um nível de não-conformidade com os critérios prováveis de serem significativos ou relevantes para o cliente.

Atividades (*Activities*) As principais áreas de trabalho e quaisquer poderes e funções que caracterizem um determinado programa e que sejam executados ou administrados pelo pessoal do programa. (Baseado no Guia do CT: Avaliação de programas/*TB Guide: Program Evaluation*)

Auditor (*Auditor*) A pessoa que conduz uma auditoria. (CICA: Terminologia/*Terminology*)

Auditoria (*Audit*) Processo que se sobrepõe a uma relação de responsabilidade de prestar contas (*accountability*). É realizada para verificar se o relatório sobre a responsabilidade assumida é correto e justo, e é normalmente executada por terceiros, servindo primordialmente aos interesses daqueles que delegaram a responsabilidade. (Comissão Wilson/*Wilson Committee*)

1. Exame de fatos comprovados para determinar a confiabilidade de um registro ou declaração ou para avaliar se os mesmos estão de acordo com as regras, princípios ou condições preestabelecidas.
2. Em relação às demonstrações ou outras informações financeiras, exame de registros contábeis ou outra documentação de apoio de uma organização, com a finalidade de expressar um parecer que confirme se as demonstrações ou informações da organização são apresentadas com justeza, de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos. (CICA: Terminologia/*Terminology*) (Vide também Fase de execução)

Auditoria baseada em resultados (*Results-based Auditing*) Na auditoria baseada em resultados, enfatiza-se a identificação dos resultados ou produtos importantes a serem alcançados por um programa ou processo. Esses resultados podem ter várias formas: produção gerada em relação à esperada, produtos obtidos ou objetivos imediatos para o êxito do programa ou processo. Depois de identificados, esses resultados importantes são examinados pela auditoria para que sejam detectados seus pontos fracos. A auditoria pode avaliar se a produção ou os resultados obtidos são os previstos pelo mandato do programa. Por outro lado, pode também avaliar se o que o programa ou processo produziram está de acordo com os padrões de qualidade apropriados, dentro dos prazos estipulados e de maneira econômica e eficiente. A finalidade de uma auditoria com base em resultados é identificar os pontos fracos de um programa ou processo e averiguar que procedimentos e atividades podem tê-los causado. (Vide também **Auditoria baseada em sistemas**)

Auditoria baseada em sistemas (*Systems-based Auditing*) Na auditoria baseada em sistemas, a natureza, extensão e cronograma dos procedimentos detalhados de auditoria baseiam-se no estudo e avaliação organizados dos sistemas e controles relevantes da organização auditada. Esse estudo e avaliação, realizados na fase inicial da auditoria, determinam que sistemas são importantes para a administração da organização auditada e determinam até que ponto os testes são necessários, durante a fase de verificação, para avaliar o nível de confiabilidade dos controles e dos relatórios enviados ao Parlamento.

A abordagem baseada em sistemas se destina a permitir que o auditor concentre o esforço da auditoria em áreas em que o desempenho não é adequadamente controlado e demonstrado, e onde os controles não existem ou não funcionam corretamente. Ao término da verificação, o auditor deverá ser capaz de destacar os pontos fortes e os pontos fracos dos sistemas-chave e dos controles respectivos, além de indicar as causas e efeitos dos pontos fracos. Estará também apto a elaborar conclusões e recomendações. (Vide também **Auditoria baseada em resultados**)

Auditoria coordenada (*Co-ordinated Auditing*) A coordenação entre a auditoria interna e externa e a confiança na auditoria interna resultam em uma maior economia de utilização de recursos da auditoria.

O Escritório coordenará o seu trabalho com o dos auditores internos na medida em que estiver satisfeito com o escopo e a qualidade do trabalho da auditoria interna.

Auditoria de gestão (*Management Audit*) Exame de eficácia, economia e eficiência de uma empresa, no que diz respeito a: estrutura organizacional, princípios e práticas, sistemas e procedimentos e a utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais (CICA: Terminologia/Terminology) Sinônimo de **Auditoria Operacional**.

Auditorias governamentais de âmbito geral (*Government-wide Audits*) Este termo passou a ser usado com frequência após a aprovação da Lei do Auditor Geral em 1977. Essa Lei evidenciou a crescente atenção dispensada pelo Escritório aos exames simultâneos de um determinado assunto em um número de órgãos governamentais. O que diferenciava a auditoria governamental de âmbito geral da auditoria comum era que a) a primeira era efetuada em um número de departamentos e órgãos e b) os resultados relatados eram considerados de grande aplicabilidade no âmbito governamental, nesses órgãos e em outras organizações.

Auditoria integrada (*Comprehensive Auditing*). Este termo é usado pelo Escritório do Auditor Geral e por outros escritórios para descrever um tipo de abordagem de auditoria de grande amplitude que tem como objetivo a revisão e a elaboração de relatórios sistematicamente realizados concernentes às relações entre a responsabilidade de prestação de contas (*accountability*) e as atividades, sistemas e controles de apoio utilizados pela administração para o cumprimento de suas responsabilidades. (Abordagem/*Approach*)

Uma auditoria integrada é um exame que proporciona uma avaliação objetiva e construtiva na medida em que:

- os recursos financeiros, humanos e físicos são geridos com vistas à economia, eficiência e eficácia;
- as relações na responsabilidade de prestação de contas (*accountability*) se desenvolvam a contento.

A auditoria integrada analisa tanto os controles financeiros quanto os de administração, incluindo os sistemas de informação e as práticas de elaboração de relatórios, além de recomendar melhoramentos, onde isso se fizer necessário. (Conceito/*Concepts*)

A auditoria integrada compreende três elementos: auditoria financeira (de certificação), auditoria de conformidade com o autorizado e auditoria de otimização de recursos (*value for money*). Descreve o trabalho desenvolvido para atender aos encargos de auditoria definidos na Lei do Auditor Geral e na Parte X da Lei de Administração Financeira.

Auditoria interna (*Internal Audit*) Revisão e avaliação, sistemática e independente, de todas as operações, incluindo as atividades administrativas, com a finalidade de informar a administração sobre a eficiência, eficácia e economia das práticas internas de gestão e dos controles. (Manual de Gestão de Pessoal do TB/TB Personnel Management Manual)

Auditoria, observações de (*Observations, Audit*) (Vide Observações de Auditoria)

Auditoria operacional (*Operational Audit*) Exame e avaliação das operações com a finalidade de informar à administração se as várias operações estão ou não sendo executadas em conformidade com as normas estabelecidas. Inclui uma avaliação da eficiência e dos procedimentos operacionais. Sinônimo de Auditoria de Gestão.

Auditoria de otimização de recursos (*Value-for-money Auditing*) Exame realizado de acordo com as Seções 7 (2) (d) e (e) da Lei do Auditor Geral. Tem como objetivo a avaliação do sistema de informação e controles da administração, inclusive as funções de revisão e avaliação da auditoria interna, de modo a assegurar que a economia e a eficiência sejam devidamente consideradas, e que os procedimentos apropriados para avaliar e relatar a eficácia de um programa, onde isso for viável, sejam adequados e satisfatórios.

Autorização (*Authority*) Entre os conceitos básicos do controle parlamentar, incluem-se os seguintes: não podem ser cobrados quaisquer tributos ou impostos sem prévia autorização do Parlamento; não pode ser gasto qualquer dinheiro público sem prévia aprovação do Parlamento; verbas públicas apenas serão dispendidas para os objetivos autorizados pelo Parlamento e dentro dos limites por ele estabelecidos. Na complexa conjuntura atual de operações governamentais, esse controle é exercido, em parte, através de um grande número de procedimentos e regulamentos administrativos estabelecidos pelo governo, mediante autorizações concedidas pelo Parlamento.

Essas autorizações têm sido tradicionalmente auditadas pelo Auditor Geral. (Baseado em Wilson)

Autorização para assumir compromissos (*Commitment Authority*). Autorização para assumir compromisso é a autorização delegada por um diretor adjunto a

funcionários competentes, antes de ser assumido qualquer compromisso, como disposto na seção 32 (1) da Lei de Administração Financeira, para confirmar que há saldo suficiente e disponível para quitar tal compromisso, após terem sido honrados os pagamentos já previstos no orçamento. (Baseado em Guia do CT: Administração financeira/TB Guide: Financial Administration) (Vide também Autorização para assumir compromissos financeiros, Autorização para pagamentos e Autorização para gastos)

Autorização para assumir compromissos financeiros (*Financial Signing Authorities*). Termo genérico para designar a autorização para gastos, a autorização para pagamentos e a autorização para emitir certificados de compromissos. Essas autorizações são atribuídas pela Lei da Administração Financeira aos ministros ou aos dirigentes dos Departamentos e àqueles a quem eles deleguem especificamente tal autorização, e que necessitem de assinar certificados ou quaisquer outros documentos. (Guia do Conselho do Tesouro: Administração financeira/TB Guide: Financial Administration) (Vide também Autorização para assumir compromissos, Autorização para pagamento, Autorização para gastos)

Autorização para gastos (*Spending Authority*) Autorização concedida pelo ministro e adjunto ao delegarem as autorizações que lhes são conferidas pela Lei da Administração Financeira, pelas Leis Contratuais do Governo, pelas Diretrizes para Despesas de Viagem, pelas Normas para Transferência de Despesas e outras normas similares autorizadas pela Lei. Essa autorização é delegada aos dirigentes de centros e a subordinados designados por eles, permitindo que eles efetuem gastos previstos em seus orçamentos e que aprovelem contratos satisfatórios no que se refere aos rendimentos e ao preço conforme o estabelecido na Seção 34 da Lei, como um pré-requisito para pagamentos já requisitados. A autorização para gastos pode ser delegada a funcionários tais como agentes de compra e funcionários de pessoal, para firmar contratos e fazer pedidos de compras e contratar pessoal, quando autorizados através de solicitação do dirigente do ministério apropriado. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration) (Vide também Autorização para assumir compromissos, Autorização para assumir compromissos financeiros, Autorização para pagamento)

Autorização para pagamento (*Payment Authority*) A competência para efetuar des-

pesas é a autorização delegada pelo ministro aos funcionários das finanças do departamento, segundo a seção 33 de Lei de Administração Financeira, para requisitarem pagamentos e despesas com créditos orçamentários, após apreciarem a legalidade dos pagamentos antes da requisição e conferência de todos os controles financeiros adequados. Essa autorização também determina que se assegure a fidelidade às exigências dos regulamentos de Verificação de Contas e de Requisição de Pagamento. Essa competência também pode ser delegada aos responsáveis pelo serviço de pessoal para o pagamento de salário, remunerações e subsídios, e a outros funcionários de setores independentes para transferirem pagamentos solicitados como uma atividade operacional, tais como pensões de idosos. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration) (Vide também **Autorização para assumir compromissos, Autorização para assumir compromissos financeiros e Autorização para gastos**)

Autorizações permanentes (Non-lapsing Authorities) Tradicionalmente, o Parlamento tem concedido autorização para dotações em base anual, prescrevendo as autorizações não utilizadas no final de cada ano. No entanto, tem havido muitas exceções, incluindo:

1. autorizações legais que permitam a realização de despesas até que a autorização seja retirada;
2. autorizações plurianuais que permitam a realização de despesas em anos presentes e futuros

Avaliação preliminar (Evaluation Assessment) Exame do ambiente, estrutura e operação de um programa para identificar as rubricas de avaliação e agrupá-las em abordagens e opções identificadas por seus custos, para apresentação ao dirigente. Esse é o documento-chave de planejamento para um estudo de avaliação de um programa. (Relatório anual/Annual Report 1983:92).

Avaliação dos programas (Program Evaluation) De acordo com a definição do Governo do Canadá, trata-se da avaliação e revisão periódicas, independentes e objetivas de um programa, para determinar, à luz das circunstâncias do momento, a adequação dos seus objetivos, sua concepção e seus resultados, tanto os esperados como os inesperados. As avaliações questionarão a própria existência do programa. Refletem também assuntos relacionados com a razão de ser do programa, o impacto que o mesmo terá no público e a relação

custo-eficácia a ele inerente, comparados com os meios alternativos para executar esse programa. (Relatório anual/Annual Report 1983:92)

Cliente (Client) A utilização do termo "cliente" por parte do Escritório do Auditor Geral destina-se a incentivar e promover uma atitude e um relacionamento profissionais com a administração das entidades auditadas. Entretanto, em suas outras acepções, há diferenças importantes a serem consideradas. Na linguagem corrente ou na terminologia comumente usada nas áreas de contabilidade e auditoria do setor privado, o termo "cliente" é sinônimo de "administração", a parte que paga pelos serviços prestados e não os acionistas ou o público em geral.

No setor público, uma vez que os serviços são indiretamente prestados à administração e ao governo, nosso principal "cliente", conforme o disposto na Lei do Auditor Geral, é o Parlamento (Câmara dos Comuns), visto que é o Parlamento que define a dotação de verbas para pagar ao seu auditor, o Auditor Geral.

Assim, deve ficar bem claro para a equipe de profissionais do Escritório, que o principal cliente, no Relatório anual do Auditor Geral bem como nos pareceres de auditoria constantes das Contas Públicas, é a Câmara dos Comuns.

No contexto da auditoria de empresas da Coroa, o termo "cliente" pode ser utilizado para designar a administração da empresa, quando o principal cliente é, de fato, o ministro e, por extensão, o Governo.

Comissão de auditoria (Audit Committee) Comissão de um departamento, repartição pública ou empresa estatal composta pelos quadros de funcionários graduados da entidade em causa e, se aplicável, por pessoas que não pertençam à entidade. Dentre as principais responsabilidades da comissão destacam-se a revisão e aprovação dos planos e relatórios da divisão de auditoria interna, o apoio consultivo à divisão de auditoria interna e à administração central e o estudo do relatório do auditor externo e respectiva resposta.

Comissões da Câmara e do Senado (Committees of the House and Senate) Após uma segunda apreciação, cada projeto de lei é normalmente submetido a uma comissão para estudo pormenorizado e possíveis emendas. Em ambas as Câmaras, há cinco tipos principais de comissões: Comissão Permanente, Comissão Permanente Conjunta, Comissão Especial, Comissão Especial Conjunta e Comissão Plenária. (Organização/Organization)

Comissão das Contas Públicas (*Public Accounts Committee*) A Comissão Permanente das Contas Públicas (PAC) pode ser encarada como a comissão de auditoria da Câmara dos Comuns. Desempenha papel de relevo no controle do erário público. De acordo com o disposto nas instruções permanentes da Câmara dos Comuns, o relatório anual do Auditor Geral e o das Contas Públicas do Canadá são enviados automática e permanentemente à PAC para revisão, assim que são agendados. A PAC está habilitada a examinar e questionar quaisquer outros assuntos (tais como, os projetos de lei do Governo) que lhe são enviados pela Câmara. A Comissão não toma a iniciativa de fazer inquéritos fora dessas áreas. Historicamente, quase todo o tempo da PAC tem sido dedicado à investigação de questões levantadas pelo Auditor Geral no relatório anual.

Comissão Plenária (*Committee of the Whole House*) É composta por todos os Membros da Câmara dos Comuns. Quando a Câmara se reúne em Comissão Plenária, a totalidade da Câmara age como uma comissão e é presidida por um Secretário Geral, não pelo Presidente. A função específica dessa comissão é a de discutir pormenores, e, nesse caso, há maior flexibilidade nos procedimentos. Na Câmara dos Comuns, a Comissão Plenária estuda detalhadamente todos os projetos de lei relativos a Suprimentos, Vias e Meios e outros projetos de lei de interesse público que a Câmara decida submeter à Comissão Plenária, dependendo quase exclusivamente das suas Comissões Permanentes para o exame pormenorizado dos projetos. (*Organização/Organization*)

Conclusões de auditoria (*Audit Conclusion*) Resultado da avaliação da relevância dos achados de auditoria. O Escritório do Auditor Geral avalia as variações, (por exemplo, identificando riscos, avaliando e, se possível, medindo efeitos; determinando e examinando as causas subjacentes; procurando controles de compensação, discutindo os resultados com a administração, etc.) e considera sua relevância e propriedade para fins de inclusão no relatório. (*Abordagem/Approach*)

Conluio (*Collusion*) Refere-se a uma tentativa, por parte de duas ou mais pessoas, de violar os direitos legais das pessoas ou de obter um objeto proibido por lei. Implica na existência de qualquer tipo de fraude, do emprego de meios fraudulentos ou de meios legais para atingir objetivos contrários à lei. (*Dicionário de Termos Jurídicos de Black/Black's Law Dictionary, 1968*)

Conselhos de auditoria (*Audit Advisory Committees*) Órgãos superiores internos de assessoria, independentes, mas relacionados a uma auditoria em curso. Seus membros fornecem apoio consultivo ao Assessor do Auditor Geral e ao Responsável por uma auditoria, à medida que ela passa da fase de planejamento para a de relatório. A participação em um Conselho de Auditoria é determinada pelo Assessor do Auditor Geral juntamente com o Responsável e pode incluir pessoas que não pertençam ao Escritório do Auditor Geral e sejam especialistas em uma área específica de auditoria. Essa participação baseia-se na contribuição potencial dessas pessoas para uma auditoria específica, considerando seu discernimento, habilitações, conhecimento e experiência prática. A comissão é normalmente presidida pelo Assessor do Auditor Geral. O Substituto do Auditor Geral responsável pela área auditada é automaticamente membro da comissão.

Conselho Privado da Rainha para o Canadá (*Queen's Privy Council for Canada*) Órgão consultivo formal da Coroa, criado pela Lei BNA. Seus membros são vitalícios e incluem sobretudo antigos e atuais integrantes do conselho de ministros, governadores das províncias e ex-presidentes da Câmara e do Senado. Convencionalmente, esses membros do Conselho Privado que "aconselham" a Coroa formam uma comissão idêntica à do conselho de ministros. (*McMenemy*)

Conselho de Tesouro, Presidente do (*Treasury Board, President of the*) É o Ministro do Conselho do Governo que preside e é responsável, perante o Parlamento, pelo Conselho do Tesouro Federal. Essa designação tem a sua origem no "status" peculiar do Conselho, desde os primeiros anos da Confederação, como uma comissão estatutariamente definida do Conselho Privado do Canadá, e não como comissão ordinária do Conselho de Ministros. (*McMenemy*)

Conselho do Tesouro, Secretariado do-SCT (*Treasury Board Secretariat - TBS*) Órgão central do governo federal cujos poderes se baseiam na autoridade estatutária do Conselho do Tesouro. São competências desse Secretariado a determinação das prioridades do programa e a revisão das despesas, a política administrativa e a organização do serviço público, a administração financeira, a gestão de pessoal e a política de línguas oficiais no serviço público. (*McMenemy*)

Conta (*Account*) 1. Registro formal de um ativo, passivo, propriedade, receita ou despesa, no qual são indicados os efeitos de operações ou transações em termos

de dinheiro ou qualquer outra unidade. 2. Resumo informativo das operações ou transações em termos monetários entre indivíduos e/ou organizações para um determinado período.

Contabilização de compromissos (*Commitment Accounting*) Refere-se ao registro da obrigação de efetuar pagamentos futuros no prazo previsto, e não no prazo em que os serviços são prestados e as faturas apresentadas. Essas obrigações podem representar um passivo contratual de um Departamento, como acontece quando se emitem ordens de compras ou contratos de bens ou serviços, ou um passivo eventual, como acontece quando se efetua um acordo que implique em dispêndio de recursos, se as condições especificadas no acordo forem cumpridas. Um exemplo de um compromisso do tipo condicional é a celebração de um acordo preliminar por parte de um Departamento para patrocinar a apresentação de um filme promocional, estando esse patrocínio dependente de aprovação, pelo Departamento, do filme completo. Devem ser reservadas verbas suficientes para honrar esse compromisso até que a decisão final sobre o patrocínio do filme seja tomada. Para compromissos contratuais, os valores de pagamento futuros serão normalmente especificados no contrato e podem ser lançados diretamente nos registros de compromissos. Em outros casos, será necessário fazer uma estimativa dos valores dos pagamentos futuros para lançá-los nos registros de compromissos. Os Departamentos não devem assumir outros compromissos que incidam sobre os valores já incluídos no orçamento, uma vez que o objetivo principal da contabilização de compromissos é a manutenção de registros precisos mostrando os saldos disponíveis em dotações e compromissos financeiros, após a dedução dos pagamentos de todos os itens previstos durante o exercício financeiro. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Contas (*Accounts*) Coletivo usado para o conjunto de demonstrações financeiras de uma organização. (CICA: Terminologia/Terminology) Todos os direitos e receitas devidos a Sua Majestade. (Constituição, 1867)

Contas do Canadá (*Accounts of Canada*) Registro centralizado das operações financeiras do Governo do Canadá enquanto entidade contábil, mantido pelo Tesoureiro da Fazenda Pública. As contas do Canadá resumem nas operações referentes a receitas, despesas, ativo e passivo. (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary)

Contas Públicas do Canadá (*Public Accounts of Canada*) Relatório do governo do Canadá preparado ao final de cada ano fiscal pelo Tesoureiro da Fazenda do Canadá, conforme o exigido pela seção 64 da Lei da Administração Financeira. Esse Relatório é elaborado em três volumes. O Volume I apresenta um resumo e análise das operações financeiras do Governo. O Volume II apresenta as operações financeiras do Governo, separadas por Departamento. O Volume III contém as demonstrações financeiras das empresas estatais que estão autorizadas por lei a manter suas próprias contas. (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary)

Contribuição (*Contribution*) Pagamento condicional por transferência pelo qual o Governo do Canadá não recebe quaisquer bens ou serviços, e que tem as seguintes características:

- Nas tabelas de concessões e contribuições, constantes do Orçamento, as rubricas listadas como contribuições não são legislativas, a menos que designadas pelo voto expresso. O Conselho do Tesouro pode autorizar novas contribuições, novos recebedores ou novas classes de recebedores e novos montantes ou aumentos dos montantes listados na dotação parlamentar.
- Os pagamentos de contribuições estão condicionados ao desempenho ou consecução de objetivos e estão sujeitos a auditoria para garantir ao Departamento pagador que os desembolsos do recebedor estão em conformidade com o acordo de contribuição.
- É necessário um acordo contratual entre o recebedor e o pagador para identificar os termos e condições que regem cada pagamento. (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary)

Controlador Geral (*Comptroller General*) O Escritório do Controlador Geral foi criado em 1977 através de uma emenda a Lei da Administração Financeira. O Escritório é presidido pelo Controlador Geral do Canadá, que se comunica diretamente com o Presidente do Conselho do Tesouro.

Controle (*Control*) Processo pelo qual as atividades de uma organização são adequadas a um plano de ação desejado e esse mesmo plano se adapta às atividades da organização (Kohler). Processo vigente que permite à administração dirigir e controlar suas atividades, incluindo: a estrutura para o controle, abrangendo objetivos, planos e normas; a delegação da competência para agir sobre

os mesmos; o controle e a avaliação contínuos para identificar quaisquer desvios em relação à estrutura para o controle e a ação corretiva para reajustar as operações à estrutura preestabelecida, onde necessário. (Normas do ECG/OCG Standards)

Controle administrativo (*Administrative Control*) Compreende a estrutura organizacional e os procedimentos e registros relativos à autorização de operações. Essa autorização é uma função gerencial diretamente associada à responsabilidade de atingir os objetivos da organização e constitui o ponto de partida para o estabelecimento do controle contábil das operações. (Baseado em Arthur Andersen: 1978)

Controles-chaves (essenciais) (*Key (Essential) Controls*) (Vide Controle interno)

Controles de compensação (*Compensating Controls*) Um controle de compensação é aquele que compensa o que inicialmente aparece como falha em um sistema. Por exemplo, um sistema de folha de pagamento pode não conter, por si só, um controle de procedimentos suficientes para assegurar o pagamento semanal de todos os funcionários. No entanto, os próprios funcionários agem como um controle de compensação, visto que procurarão saber o motivo pelo qual não receberam seus cheques de pagamento.

Controle contábil (*Accounting Control*) Procedimentos de contabilidade usados como verificação de confiabilidade da informação contida nos registros contábeis, por exemplo, o uso de um controle para efetuar o balanço do total das contas do livro-razão auxiliar.

Controle de dotação (*Allotment Control*) Compreende a manutenção de registros em cada área onde é exercida a autorização de pagamento. Os registros mantêm atualizado um saldo do montante de dinheiro autorizado disponível a todo momento. Os lançamentos desses registros são, normalmente, feitos diariamente até o final do ano, quando se torna mais provável a possibilidade de se ultrapassarem os limites de dotações. Uma vez que a maioria dos Departamentos opera de forma descentralizada, cada dotação é normalmente subdividida mais uma vez pelo Departamento, de modo a permitir a liberação de fundos fora do âmbito dos Departamentos centrais. Cada centro responsável pela distribuição contará normalmente com os serviços de funcionários com autoridade

de para aprovar pagamentos. Eles serão responsáveis pela subdivisão de cada dotação. As despesas adicionais para fins previstos em uma das subdivisões não podem ser compensadas com despesas não realizadas em outras subdivisões, a menos que ambas sejam subdivisões da mesma dotação. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Controle financeiro (*Financial Control*) (Vide Controle interno)

Controle de gestão (*Management Control*) Plano da organização e todos os outros planos, princípios, procedimentos e práticas de que o corpo de funcionários necessita para atingir os objetivos da organização. Os objetivos do órgão devem incluir não somente os resultados declarados como previsíveis, mas também uma declaração da responsabilidade da administração em proteger os recursos e prestar contas dos resultados. Um bom sistema de controle administrativo incluiria: explicitação dos objetivos do órgão; plano de organização para o cumprimento dos objetivos; pessoal com qualidade e em quantidade correspondentes às respectivas responsabilidades, com funções adequadamente distribuídas; sistema estabelecido de princípios e práticas apropriadas a cada unidade ou programa; e um sistema eficaz de revisão em todos os níveis de atividade que assegure conformidade com os princípios e práticas vigentes.

Controles de gestão (*Management Controls*) Mecanismos ou procedimentos para o planejamento, observação, análise e reação, a fim de confirmar ou redirecionar uma atividade, departamento ou programa.

Controles gerais (*General Controls*) (Vide Controle interno)

Controle interno (*Internal Control*) Plano de organização e conjunto de todos os métodos e medidas adotadas pela administração, com a finalidade de salvaguardar os ativos, assegurar a exatidão e a confiabilidade dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e garantir a fidelidade aos princípios estabelecidos. (CICA: Terminologia/Terminology)

Ambiente de controle (*Control Environment*) Ações e atitudes da administração superior, em relação às questões de controle e aos sistemas de valores por ela planejados. O ambiente de controle tem uma influência marcante na eficácia de um sistema.

Controles-chaves (essenciais) (*Key (Essential) Controls*) Controles que são vitais para uma operação eficaz de um sistema e sem os quais poderiam ocorrer erros significativos que não seriam detectados. (Baseado em Normas do ECG/OCG Standards)

Controle financeiro (*Financial Control*) Controles destinados a assegurar que os ativos pertencentes ao governo sejam adequadamente registrados e protegidos, que os dados contábeis sejam precisos e confiáveis e que os fundos sejam usados apenas para os fins estabelecidos e dentro dos limites aprovados pelo Parlamento.

Controles gerais (*General Controls*) Controles, tais como o isolamento das atividades incompatíveis, que contribuem significativamente para a eficácia dos procedimentos específicos de controle.

Procedimentos específicos de controle (*Specific Control Procedures*) Procedimentos criados e executados para garantir qualidade, evitar erros ou irregularidades ou detectá-los e corrigi-los.

Controle operacional (*Operational Control*) É o processo pelo qual se assegura que determinadas tarefas sejam realizadas com eficácia e eficiência (Anthony).

Procedimentos desenvolvidos para assegurar que as atividades se realizem de acordo com as metas aprovadas. Por exemplo, o planejamento, o controle, o orçamento e o cronograma de um projeto.

Controle parlamentar (*Parliamentary Control*) Baseia-se no seguinte conceito: não podem ser lançados quaisquer tributos ou impostos sem prévia aprovação do Parlamento; nenhum dinheiro público pode ser gasto sem a prévia aprovação do Parlamento; e o dispêndio do dinheiro público deverá ser feito para os fins e dentro dos limites autorizados pelo Parlamento. A autorização legislativa para esse controle está consagrada na Lei da Administração Financeira, que estabelece: um único Tesouro Nacional; alguns requisitos básicos relacionados com o recebimento, depósito e desembolso do dinheiro público; a definição das responsabilidades da administração e os controles das atividades da administração.

Controle orçamentário (*Budgetary Control*) Processo de planejamento, execução e avaliação de um programa de atividades financeiras, através da utilização de um orçamento. (CICA: Terminologia/Terminology)

Inclui a preparação de dados orçamentários para lançamento em sistemas de elaboração de relatórios financeiros, a análise das despesas e compromissos e a preparação de previsões de caixa, e a análise das variações apresentadas em relatórios, entre o que foi planejado e o que foi, de fato, realizado. (Baseado no Guia do CT: Administração Financeira/ TB Guide: Financial Administration)

Coroa (*Crown*) Designa Sua Majestade de direito no Canadá. (Lei da Administração Financeira)

Autoridade executiva suprema do Canadá, proveniente da monarquia do Reino Unido... Hoje em dia, a própria monarca ou o Governador Geral em seu lugar não toma virtualmente qualquer decisão sem o "aconselhamento" dos seus conselheiros constitucionais, O Conselho Privado de Rainha para o Canadá. (McMenemy)

Corporação estatal (*Agent Corporation*) Significa uma corporação da Coroa que é expressamente declarada como Agente da Coroa por uma lei específica ou de acordo com qualquer outra lei do Parlamento. (LAF - Lei da Administração Financeira/FAA - Financial Administration Act, Part X, Section 83 (1))

Créditos (*Votes*) Quando usados em relação ao orçamento, os créditos designam rubricas cuja aprovação é solicitada ao Parlamento de acordo com as Leis de Crédito Orçamentário. Em geral, há normalmente apenas um crédito por programa. As exceções a essa regra estão indicadas no Prefácio do Orçamento Geral. (Organização/Organization)

O termo crédito é comumente usado no sentido de crédito orçamentário. Mais especificamente, um crédito só se torna dotação quando a lei de crédito orçamentário na qual está inserido recebe a Aprovação do Parlamento. (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary)

Crédito orçamentário (*Appropriation*) Qualquer autorização do Parlamento para pagar montantes do Tesouro Nacional. Até então as autorizações do Parlamento têm sido obtidas pelo governo através de abertura de créditos para:

1. investir em bens e serviços;

2. realizar pagamentos por transferência;
3. assumir dívidas;
4. liquidar obrigações financeiras;
5. ajustar as contas do Canadá;
6. efetuar qualquer outro desembolso a partir do Tesouro Nacional.

A autorização para crédito orçamentário pode ser concedida em base anual, sendo que essa autorização prescreverá ao final do exercício financeiro (créditos anuais normalmente concedidos através de leis de créditos), ou em base permanente (créditos normalmente determinados por outras leis que não sejam as de crédito orçamentário). (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary)

Crédito provisório (*Interim Supply*) Em um ano normal, o Orçamento é submetido ao Parlamento e remetido às Comissões Parlamentares pelo menos um mês antes do início do ano fiscal. As Comissões analisam esse Orçamento e emitem um parecer até 30 de maio; o Parlamento aprova o crédito definitivo por volta de 30 de junho.

De modo a garantir um financiamento provisório das operações do governo até o final de junho, é submetido ao Parlamento, no final de março, um projeto de lei para um crédito provisório, que é normalmente aprovado por volta de 1º de abril. Esse projeto de lei garante geralmente 3/12 de cada crédito parlamentar constante do Orçamento Geral e, especificamente, prestações adicionais ou doze avos extras para os créditos parlamentares que exijam montantes não previstos no início do ano fiscal. Um exemplo de crédito parlamentar exigindo prestações adicionais pode ser aquele relacionado a um programa de emprego de verão no qual as despesas ocorrem entre abril e setembro. O número total de prestações não pode, contudo, exceder 11/12, uma vez que essa situação constituiria, na realidade, o crédito definitivo. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Critérios (*Criteria*) (Vide Critérios de auditoria)

Critérios de auditoria (*Audit Criteria*) Padrões razoáveis e atingíveis de desempenho e controle, em relação aos quais a adequação de sistemas e práticas e o grau de economia, eficiência e eficácia de operacionalidade possam ser avaliados pelo Escritório do Auditor Geral. São usados para julgar até que ponto uma organização auditada corresponde aos pressupostos expressamente elaborados e sancionados. (Vide também **Declaração**/ *Assertion*)

Custos (*Costs*) Medida dos recursos gastos em um determinado período de tempo, independentemente de quando forem solicitados, entregues ou pagos. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Declaração (*Assertion*) Declaração positiva. (Adaptado do *Concise Oxford*) Itens de declaração financeira incluem as seguintes declarações: existência, ocorrência, totalidade, propriedade, valor estimado, apresentação de declaração. (CICA: Manual/Handbook) (Vide também **Critérios**)

Decreto (*Charter*) (a) Em relação a uma empresa estabelecida por uma Lei do Parlamento, a própria Lei, e (b) em relação a uma empresa estabelecida por artigos, os próprios artigos. (LAF - Lei da Administração Financeira/ FAA - Financial Administration Act, Part X)

Decreto do Conselho (*Order in Council*) Ação executiva ou legislativa, expressa por escrito e de forma explícita, emanada do Conselho de Ministros e promulgada em nome do Governador (Geral) em Conselho. Tais decretos em conselho são numerosos. Normalmente, segundo a lei dos regulamentos federais, os decretos federais do conselho devem ser publicados na Gazeta do Canadá. No entanto, o Governador em Conselho pode autorizar exceções para determinadas categorias (por decreto do conselho), embora essas categorias devam ser discutidas e publicadas pelo Parlamento. (McMenemy)

Dedução (*Deduction*) Processo de raciocínio no qual uma conclusão resulta necessariamente das premissas apresentadas. (*Random House*)

Delegação de autoridade (*Delegation of Authority*) Autorização dada por uma pessoa a outra para tomar decisões e agir dentro de uma esfera limitada de responsabilidade, sujeita à responsabilidade de prestar contas. A delegação não pode diminuir, da parte que delega, a responsabilidade ou a obrigação de prestar contas por essas decisões e ações.

Departamento (*Department*) Designa qualquer dos departamentos indicados na Tabela I da Lei da Administração Financeira; qualquer outra divisão ou repartição do serviço público do Canadá, incluindo uma comissão nomeada conforme o disposto na Lei de Inquéritos, designada pelo Governador em exercício

como um departamento para os efeitos dessa lei; os funcionários do Senado e da Câmara dos Comuns e da Biblioteca do Parlamento e qualquer outra empresa indicada na Tabela II da Lei da Administração Financeira. (LAF/FAA)

Desempenho (*Performance*) Grau de amplitude que o trabalho de uma organização alcança segundo as especificações definidas para os bens ou serviços produzidos, para a satisfação geral da clientela, dentro das limitações estabelecidas em relação a custos e prazos, de tal forma que sirva de suporte e que contribua para a conquista dos objetivos da organização.

Desempenho operacional (*Operational Performance*) Termo geral que designa o planejamento, o controle e a execução de um ou mais processos de trabalho, cujos resultados podem ser avaliados em termos da eficiência e eficácia operacionais. (OPMS 1974)

Desfalque (*Defalcation*) (Vide **Malversação**)

Despesas (*Expenditures*) (Vide **Custos**)

Despesas autorizadas (*Statutory Expenditures*) Despesas para as quais existe autorização permanente por Lei do atual Parlamento ou de Paramentos anteriores, não necessitando, portanto, de aprovação parlamentar. Incluem-se na apresentação do Orçamento apenas para fins informativos.

Despesas de capital (*Capital Expenditure*) Despesa para se adquirir ou aumentar os bens permanentes. (CICA: Terminologia/Terminology)

No Governo, as despesas associadas a construções ou aquisição de terra, prédios e equipamentos ou maquinário são normalmente incluídas no orçamento de capital. No caso de um departamento, essa despesa é normalmente lançada nos custos orçamentários, no ano de pagamento. No caso de uma empresa da Coroa, ela é freqüentemente apresentada no balancete da empresa como um patrimônio e é depreciada com o passar do tempo

Despesas orçamentárias (*Budgetary Expenditures*) Consistem de todos os encargos cobertos por dotações orçamentárias que afetam o déficit ou superávit anual do Governo (Contas públicas/*Public Accounts*)

Dinheiro público (*Public Money*) Todo o dinheiro pertencente ou retido pelo Canadá, recebido ou recolhido pelo Tesoureiro da Fazenda, por qualquer outro funcionário público com competência oficial para tanto ou por qualquer pessoa autorizada para receber ou recolher esse dinheiro. Inclui os impostos e receitas, dinheiro emprestado ou recebido como resultado da venda de títulos, dinheiro recebido ou recolhido pelo ou em nome do Canadá e dinheiro pago ao País para fins específicos. (LAF e Vocabulário Bilingüe/FAA and *Bilingual Vocabulary*)

Diretrizes (*Directive*) Indicam as características de obrigatoriedade de uma política governamental. Nos casos em que o Conselho do Tesouro puder autorizar o não seguimento de uma diretriz, os departamentos devem obter uma autorização prévia através de um pedido de deferimento. As diretrizes são caracterizadas pela utilização dos verbos: "terá de, deverá e será". (Manual de Políticas Administrativas/*Administrative Policy Manual*) (Vide também **Linha diretriz**/*Guideline*)

Diretrizes do Governo (*Cabinet Directive*) Decisões tomadas pelo Conselho de Ministros, enquanto órgão político de definição de princípios, que não exijam a aprovação do Governador em Conselho para se tornarem efetivas.

Documentos confidenciais (*Confidences*) Os documentos do Conselho Privado da Rainha para o Canadá estão entre os mais confidenciais que existem na esfera do Governo do Canadá. Eles são normalmente denominados documentos do Gabinete Governamental. Incluem solicitações ao Gabinete Governamental e ao Conselho do Tesouro, correspondências entre os ministros, programações do Gabinete Governamental e minutas de leis.

Dossiê da Comissão de Contas Públicas (*Public Accounts Committee Briefing Book*) É elaborado para o Auditor Geral pelos responsáveis pela auditoria e contém as informações de que os mesmos necessitarão, como testemunhas. O dossiê contém documentos outros além das informações técnicas detalhadas da Pasta de papéis correntes. O dossiê não é preparado até que se tenha conhecimento de que o assunto será debatido pela Comissão das Contas Públicas.

Dotação (*Alloiment*) Subdivisão de um orçamento que identifica o montante máximo autorizado para despesas a serem efetuadas em um determinado período. Pode ser expressa em termos de objetos da despesa, atividades ou programas/

projetos. (CICA: Terminologia/Terminology) Subdivisão de uma dotação aprovada pelo Conselho do Tesouro, conforme seção 31 da Lei da Administração Financeira, que os ministérios não podem exceder ou alterar sem aprovação do Conselho do Tesouro. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Economia (Economy) Designa os termos e condições de aquisição de recursos financeiros, humanos e materiais. Uma operação econômica deverá adquirir esses recursos em qualidade e quantidade adequadas, ao mais baixo custo.

Efeitos dos programas (Program Effects) O conjunto de fatos que ocorrem como consequência do resultado final de programas pode compreender alguns que não se incluíam entre os objetivos formais desses programas. Esses fatos chamam-se "efeitos dos programas". Tais efeitos podem ser intencionais ou ocasionais, positivos ou negativos.

Eficácia (Effectiveness) A eficácia de uma atividade é a medida em que os resultados reais dessa atividade correspondem aos objetivos da mesma. Nos casos em que houver efeitos negativos involuntários da atividade, a eficácia deverá ser julgada com base no saldo líquido dos resultados positivos e negativos.

Eficácia operacional (Operational Effectiveness) O grau de amplitude que os objetivos ou metas das operações alcançam. (OPMS, 1974)

Eficiência (Efficiency) Eficiência se refere à relação entre os bens ou serviços produzidos e os recursos utilizados para produzi-los. Uma operação eficiente produz o máximo de resultados para qualquer conjunto de recursos disponíveis, ou dispõe de um mínimo de recursos para qualquer quantidade e qualidade de serviços executados. (Vide também **Produtividade/Productivity**)

Elaboração do orçamento (Budgeting) Desenvolvimento de uma estimativa, expressa em termos financeiros, dos recursos humanos, materiais e outros, necessários a uma organização para o desempenho das suas atividades, durante um determinado período, e das receitas que se prevê venham a ser obtidas pela organização durante esse período

Empresa estatal (Crown Corporation) Designa uma empresa matriz da Coroa ou uma subsidiária de propriedade exclusiva.

Uma subsidiária de propriedade exclusiva significa uma empresa que é propriedade exclusiva de uma ou mais empresas matrizes da Coroa, direta ou indiretamente, através de qualquer número de subsidiárias, cada uma das quais sendo propriedade exclusiva direta ou indiretamente de uma ou mais empresas matrizes da Coroa. (LAF, Parte X/FAA, Part X)

Empresa estatal matriz (Parent Crown Corporation) (Vide **Empresa estatal**)

Empresa pública (Departmental Corporation) Refere-se àquelas empresas estabelecidas por uma Lei do Parlamento que desempenham funções administrativas, de pesquisa, de supervisão ou regulamentação, de natureza governamental e que foram acrescentadas à Tabela II da Lei da Administração Financeira. (LAF, Parte X/FAA, Part X)

Encarregar (Charge). V... 2. encarregar de ... 3. mandar fazer, exortar... (Concise Oxford)

Entidade contábil (Accounting Entity) 1. Uma ou mais unidades contábeis tratadas como entidade única, para efeito de relatórios financeiros. 2. Órgão político decisório, eleito ou nomeado, com a responsabilidade legal de efetuar operações financeiras. (CICA: Terminologia/Terminology)

Entidade legal (Legal Entity) Para efeito dos créditos parlamentares especiais constantes do Orçamento e das Estruturas Especiais de Créditos Parlamentares, designa-se entidade legal uma unidade operativa do governo estabelecida segundo a Lei do Parlamento e sob a responsabilidade de um ministro da Coroa. (Organização/Organization)

Escopo (Scope) Termo utilizado em auditoria para:

1. referir-se a uma série de procedimentos utilizados em uma determinada auditoria;
2. indicar até que ponto as operações e registros servem de base a testes adequados. (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary) (Vide também **Escopo de auditoria**)

Escopo de auditoria (Audit Scope) Inclui a verificação das informações financeiras e do desempenho da empresa em relação a *accountability* (responsabilidade de prestar contas) e a satisfação de quaisquer outros requisitos específicos do man-

dato. Esse escopo é também suficientemente amplo para permitir uma revisão e relato do gerenciamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. (Abordagem/Approach)

Estatuto (Statute) Um estatuto pode ser definido como a determinação escrita de um órgão legislativo soberano, solene e formalmente expresso de modo a constituir a lei do território sobre o qual esse órgão legislativo tem jurisdição. Todo estatuto é uma lei. (Baseado em Driedger)

Estudo de avaliação (Evaluation Study) Relatório dos achados de um exame empírico de um programa, com base nos termos de referência estabelecidos na avaliação preliminar e aprovados pelo adjunto. (Relatório Anual/Annual Report/1983: 92)

Execução de auditoria (Audit Examination) (Vide Fases da auditoria)

Exercício financeiro (Fiscal Year) Relativo ao dinheiro fornecido pelo Parlamento ou pelo Tesouro Nacional, incluindo contas, taxas ou finanças do Canadá, no período entre 1º de abril de um ano e 31 de março do ano seguinte. (Baseado em Organização/Organization)

Evidência (Evidence) Informação colhida e utilizada pelo auditor para avaliar se os critérios de auditoria estão sendo atendidos. Documentos básicos, registros de contabilidade e todas as outras informações que um auditor usa para formar uma opinião profissional. (CICA: Terminologia/Terminology)

Fases da auditoria (Audit Phases) Há quatro fases em uma auditoria.

O planejamento da auditoria significa determinar o escopo da auditoria, o cronograma, os objetivos, os critérios, a metodologia a ser usada e os recursos necessários para assegurar que a auditoria englobe as funções mais importantes da organização, assim como, os processos e os resultados.

A execução envolve a coleta, exame e análise das evidências adequadas em qualidade e quantidade, de acordo com os objetivos, critérios e metodologia da auditoria, desenvolvidos na fase de planejamento. Essa fase se processa mediante a aplicação de procedimentos de auditoria, com a finalidade de:

- testar e avaliar os controles;

- identificar os efeitos das variações em relação aos critérios e às principais causas;
- desenvolver conclusões e recomendações.

O relatório compreende a comunicação dos resultados das auditorias à administração superior da entidade em questão, ao ministro respectivo, ao Parlamento ou Conselho de Diretores, dependendo da natureza da auditoria.

O acompanhamento (Follow-up) inclui: (1) uma revisão sistemática das ações desenvolvidas pela administração, a partir das recomendações ou observações da auditoria efetuadas pelo Escritório do Auditor Geral ou uma recomendação feita por uma comissão parlamentar; (2) uma avaliação da eficácia das ações corretivas tomadas face aos problemas que originaram as recomendações ou as observações da auditoria; (3) um relatório sobre os resultados das revisões de acompanhamento, apresentado à Câmara dos Comuns e/ou à administração, conforme o caso.

Fase de execução (Examination Phase) (Vide Fases da auditoria)

Fase de planejamento (Planning Phase) (Vide Fases da auditoria)

Fase de relatório (Reporting Phase) (Vide Fases da auditoria)

Fazer relatório (na prática parlamentar) (Report (in parliamentary practice)) Devolver ou apresentar (um assunto oficialmente exposto) com as respectivas conclusões; como "a comissão relatou o Projeto de Lei com emendas". (Webster's International Dictionary)

Fraude (Fraud) Ato cometido com a finalidade de enganar, compreendendo a apropriação ilícita de bens ou a deturpação intencional de informações financeiras, quer para esconder a apropriação indevida de bens quer para outros fins, através de manipulação, falsificação ou alteração de dados ou de documentos; omissão de relatórios informativos ou de documentos; registros de negociações sem fundamentos e aplicação incorreta de princípios de contabilidade. (CICA: Manual/Handbook)

Todo aquele que, por dolo, falsidade ou outros meios fraudulentos, com a intenção ou não de burlar a lei, enganar o público ou qualquer pessoa, tendo conhecimento ou não de alguma propriedade, dinheiro ou títulos valiosos, será culpado de infração legal. (Código Penal/Criminal Code, Section 338 (1))

Fraude administrativa (*Fraud, Management*) É geralmente uma forma mais sofisticada de fraude que:

- a) é perpetrada por funcionário(s) superior(es) de um órgão, com seu conhecimento ou consentimento;
- b) causa um impacto substancial nas demonstrações financeiras do órgão;
- c) normalmente implica em declarações falsas aos auditores independentes.

Função de emitir parecer (*Attest Function*) Papel de um contador público ao emitir opinião profissional sobre demonstrações financeiras ou outros assuntos financeiros de conformidade com um compromisso de auditoria. (CICA: Terminologia/Terminology)

Funcionários da área de finanças (*Financial Officers*) Funcionários que dão apoio aos diretores de centros naqueles encargos relativos à administração financeira e que, dentre outras incumbências, têm a responsabilidade primordial de controlar as dotações e os créditos financeiros e de exercer a autoridade de efetuar pagamentos a eles delegados. (Guia do Conselho do Tesouro: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration).

Funcionário de ligação com o Parlamento (*Parliamentary Liaison Officer*) Membro do Escritório do Auditor Geral responsável pela coordenação das relações do Escritório com a Comissão das Contas Públicas e outras comissões da Câmara dos Comuns.

Funcionário superior de finanças (*Senior Financial Officer*) Cada adjunto deve designar um funcionário superior que ficará responsável pelos sistemas departamentais de administração financeira e pela assessoria em assuntos de administração financeira.

O funcionário superior responsável pela gestão funcional dos sistemas de administração financeira deve:

- aconselhar, na qualidade de membro do grupo executivo do departamento, o adjunto e seu pessoal no que se refere às necessidades do departamento ou das agências na área de administração financeira e nas implicações financeiras das decisões a serem tomadas por eles, tanto nas etapas de planejamento como nas de operação;

- dar conselhos quanto à aplicação de leis, regulamentos e outras exigências financeiras do Parlamento e de agências centrais relativas ao departamento;
- dirigir a concepção e gerir a comunicação e manutenção dos sistemas de administração financeira;
- orientar a organização, a contratação e treinamento de pessoal das unidades financeiras capazes de fornecerem serviços financeiros e orientação funcional solicitados por administradores em todos os níveis;
- rever as avaliações de desempenho dos funcionários de finanças de todo o departamento feitas pelos seus chefes imediatos. (Baseado no Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Fundos prescritos (*Lapsed Funds*) O saldo não utilizado de uma dotação concedida prescreverá no final do ano fiscal, exceto se, durante os 30 dias subseqüentes, for feito um pagamento conforme essa dotação, com a finalidade de regularizar uma dívida por trabalhos realizados, bens recebidos ou serviços prestados antes de acabar o ano, ou quaisquer outros débitos contratuais anteriores ao final daquele exercício. Esse pagamento pode ser lançado nas contas do ano fiscal em questão. (Vide também Autorizações permanentes)

Fundos renováveis (*Revolving Fund*) Autorização contínua ou permanente do Parlamento para efetuar pagamentos a partir de recursos do Tesouro Nacional para fins de capital de giro, aquisição de ativos e financiamento temporário de déficits acumulados do exercício. É uma autorização para sacar recursos do Tesouro Nacional, e não uma separação de fundos. Um fundo é um meio pelo qual o Parlamento fornece autorização constante para uma operação que é inteiramente financiada pelos usuários ou parcialmente por subsídios. A autorização destina-se a permitir que o valor de administração do fundo seja debitado aos usuários, mesmo que isso não possa ser aplicado a todos os casos. (Guia do CT: Administração Financeira/TB Guide: Financial Administration)

Garantia (*Assurance*) Garantia formal, certeza. (Adaptado do *Concise Oxford*)

Garantia de controle (*Control Assurance*) Garantia decorrente dos procedimentos de conformidade da auditoria.

Garantia global de auditoria (*Overall Audit Assurance*) Nível de segurança que o auditor tem de que o relatório não é inadequado ou enganoso. A garantia de

auditoria se baseia na adequação e integralidade dos critérios relativos ao objetivo da auditoria e na força da evidência que fundamenta os achados e conclusões sobre esses critérios.

Garantia substantiva (*Substantive Assurance*) Garantia decorrente de procedimentos substantivos da auditoria.

Gazeta do Canadá (*Canada Gazette*) Uma publicação do governo Federal que contém toda a legislação promulgada pelo Governador Geral, sob a autoridade do Governador em Conselho, e todos os atos governamentais como Decretos do Conselho, regulamentos, anúncios ou assuntos parlamentares que exijam publicação. A Gazeta é constituída de: Primeira parte, publicada semanalmente, que inclui certos Decretos do Conselho, legislação aprovada, e outros atos parlamentares; Segunda parte, publicada duas vezes por semana, que inclui regulamentos dos ministérios e serviços públicos como definido pela Lei dos Instrumentos Estatutários (1972); Terceira parte, que contém Leis do Parlamento. (McMenemy)

Gestão de projetos (*Project Management*) Sistema de procedimentos e revisões organizacionais usados para garantir que um projeto cumpra os prazos e que o trabalho se realize de acordo com os planos, normas e orçamentos estabelecidos.

Governo (*Government*) Designa os membros do Conselho Privado da Rainha para o Canadá que compõem o Governo em Exercício (i.e., o Gabinete Governamental). Contudo, governo (com g minúsculo) significa o governo federal como um todo. (Organização/Organization)

Governo do Canadá (*Government of Canada*) Todos os departamentos citados na Tabela I (Schedule I) da Lei da Administração Financeira; qualquer outra divisão ou setor do Serviço Público do Canadá, incluindo uma comissão nomeada segundo a Lei dos Inquéritos, designada pelo Governador em Conselho para atuar como um departamento para os efeitos da Lei; quadro de pessoal do Senado, da Câmara dos Comuns e da Biblioteca do Parlamento; qualquer empresa indicada na Tabela II (Schedule II) da Lei da Administração Financeira. (Baseado no Vocabulário Bilingüe/*Bilingual Vocabulary*)

Governo do Canadá como entidade contábil (*Government of Canada as an Accounting Entity*) Conjunto de todos os Departamentos citados na Tabela I (Schedule I) da Lei da Administração Financeira; qualquer divisão ou setor do Serviço Público do Canadá, incluindo uma comissão nomeada segundo a Lei dos Inquéritos designada pelo Governador em Conselho para atuar como um departamento para os efeitos da Lei; quadro de pessoal do Senado, da Câmara dos Comuns e da Biblioteca do Parlamento; qualquer empresa indicada na Tabela II (Schedule II) da Lei da Administração Financeira. (Vocabulário Bilingüe/*Bilingual Vocabulary*)

Guias de auditoria (*Audit Guides*) São publicações que descrevem, de modo mais pormenorizado que o Manual de Auditoria Integrada, os processos e técnicas de auditoria do Escritório do Auditor Geral (Série de processos de auditoria/*Audit Process Series*) ou a aplicação do processo de auditoria a segmentos específicos da própria auditoria (Série de Conteúdos/*Subject Matters Series*). (Baseado em Introdução aos guias de auditoria/*Foreword to Audit Guides*)

Independência (*Independence*) Característica do relacionamento entre o auditor e o auditado que assegura que as conclusões e relatórios do auditor sejam influenciados apenas pelos comprovantes obtidos de acordo com as normas e práticas do Escritório. (Baseado em: Normas do EGC/OCG *Standards*) (Vide também **Objetividade**)

Indicador de desempenho (*Performance Indicator*) Expressão, em termos mensuráveis, do objetivo de um programa ou do cumprimento relativo de um objetivo. (Guia de Auditoria: Auditoria de Procedimentos para Eficácia/*Audit Guide: Auditing Procedures for Effectiveness*)

Indução (*Induction*) Qualquer forma de argumentação na qual a conclusão, embora apoiada nos pressupostos, não resulta necessariamente dos mesmos. Implica normalmente na avaliação da validade das observações de parte de um conjunto de fatos como evidência de uma proposta para todo o conjunto. (*Random House*)

Importância relativa. Relevância. (*Materiality. Significance*) Em geral, no contexto do relatório financeiro, a importância relativa pode ser julgada com relação à expectativa razoável da relevância de um item na tomada de decisões pelos usuários (CICA: Terminologia/*Terminology*) (Vide também **Relevância**)

Investigação (*Investigation*) Investigação especial conduzida com um fim determinado. Pode ser mais ou menos extensa do que a auditoria anual regular. Exemplos: uma investigação dos resultados operacionais durante o período de alguns anos com vistas a aquisições possíveis ou em relação a questões de títulos e valores; um exame de livro de registros, faturas, etc. em relação a fraudes, etc. (Baseado em: CICA: Terminologia/Terminology)

Legislação (*Legislation*) Estatutos adotados pelo Parlamento no exercício de seu poder legislativo, inicialmente introduzidos como projetos de lei e que podem ser oriundos da Casa dos Comuns ou do Senado. Todos os projetos de lei devem ser lidos três vezes, em separado, pelas duas Câmaras, ser adotados por ambas e receber o Assentimento Régio antes de se transformarem em lei. Algumas leis entram em vigor por Assentimento Régio. Outras devem se tornar efetivas por Decreto do Legislativo. Todas as promulgações aparecem na Parte I da Gazeta do Canadá. (Organização/Organization)

Lei da Administração Financeira (*Financial Administration Act*) Lei que regula a administração financeira do governo do Canadá, o estabelecimento e a manutenção das contas do Canadá e o controle das empresas estatais da Coroa. (LAF/FAA)

Lei do Auditor Geral (*Auditor General Act*) Uma lei referente ao Escritório do Auditor Geral do Canadá e aos assuntos ou eventualidades a ele relacionados. Foi publicada em 1º de Agosto de 1977. (Lei do EAG/OAG Act)

Lei do crédito orçamentário (*Appropriation Act*) Lei Parlamentar que autoriza o desembolso de dinheiro público para fins específicos e indica o crédito ao qual será atribuída essa despesa. (Baseado em: Organização/Organization)

Lei de delegação (*Enabling Legislation*) Lei ou legislação subjacente que transfere para uma entidade ou sub-entidade o poder e a responsabilidade de executar as funções dessa lei ou legislação específica.

Lei do Parlamento (*Act of Parliament*) (Vide Estatuto)

Limite da importância relativa (*Materiality Limit*) Soma total de erros que, caso tivessem ocorrido, teriam dimensões suficientes para causar à administração sérias preocupações quanto à eficácia contínua do sistema de controle financeiro examinado. (Normas do ECG/OCG Standards)

Linha diretriz (*Guideline*) Indica uma instrução, embora não obrigatória, que deve ser seguida a menos que haja uma boa razão para não fazê-lo. Embora devam ser documentadas as razões para o não cumprimento dessa instrução, não é necessária qualquer aprovação prévia do Conselho do Tesouro. As diretrizes são caracterizadas pelo uso da palavra "deve" (*should*). (Manual da Política Administrativa/*Administrative Policy Manual*). (Vide também Diretrizes)

Linhas de investigação de auditoria (*Lines of Audit Enquiry*) Trata-se de áreas gerais de exame identificadas pelo auditor durante a fase de análise preliminar do planejamento de uma auditoria. Essas áreas são inspecionadas para que se melhore o entendimento da organização auditada e para que se possa verificar a seleção de questões significativas.

Livro Azul (*Blue Book*) (Vide Orçamento Geral)

Malversação (*Embezzlement*) Apropriação indevida dos ativos sob a custódia da própria pessoa. A malversação que se restringe a dinheiro é comumente chamada de desfalque. (CICA: Terminologia/Terminology)

Mandato (*Mandate*) Autoridade para desempenhar uma tarefa ou atingir uma meta.

Medidas de desempenho (*Performance Measurement*) Termo usado para descrever as medidas de desempenho contínuo das operações de programas em termos da economia com que se adquirem os recursos, da eficiência com que se conduzem as operações, da qualidade dos produtos ou serviços fornecidos e do grau de alcance dos objetivos. As medidas podem englobar também as comparações e tendências dos indicadores ou outras informações de desempenho quanto às atividades de um programa.

Medida de eficácia (*Effectiveness Measurement*) Medida da relação entre os resultados de um programa e a natureza e montante de sua produção, de modo a determinar até que ponto estão sendo atingidos os objetivos resultantes desse programa ou atividade. A medição da eficácia é realizada de modo contínuo e/ou periódico. Além disso, deve avaliar tanto a consecução como o impacto dos efeitos do programa.

Meta (*Goal*) Nível de realização projetada para períodos determinados no futuro em uma área de reconhecida responsabilidade. Uma meta implica na tradução de objetivos em tarefas de curto prazo para as quais se estabeleceram limites de tempo.

Ministério (Ministry) Os Ministros da Coroa que compõem o Conselho de Ministros; contudo, o termo pode também designar a pasta de um ministro (i.e., o conjunto total de suas responsabilidades). Ministério usado nesse sentido não tem o mesmo significado de Ministério do Estado. A expressão é também usada como sinônimo de Conselho de Ministros. (*Organização/Organization*)

Modelo lógico e estrutura de programas (Program Structure and Logic Model) Representação gráfica e descritiva de uma organização que pode ser preparada (oficialmente), no início de uma auditoria, para capacitar os auditores a compreenderem o funcionamento de uma organização, no que diz respeito ao seu mandato e objetivos. Mais precisamente, significa um modelo preparado para as auditorias que mostra graficamente os elementos da própria estrutura de uma organização e que identifica o conjunto de pressupostos lógicos, estabelecendo a relação entre os elementos. Esse modelo orienta o auditor quanto à estrutura do programa, proporcionando-lhe, assim, uma base para o conhecimento da organização, para a sistematização de projetos de auditoria destinados à verificação e para o levantamento de questões específicas concernentes a procedimentos de medição e de elaboração de relatórios sobre a eficácia do programa. (Baseado no Guia de Auditoria: Auditoria de procedimentos de aferição de eficácia/*Audit Guide: Auditing of Procedures for Effectiveness*)

Não-orçamentário (Non-Budgetary) Relativos a créditos parlamentares, recursos orçamentários e operações que não afetam o déficit ou superávit do Governo do Canadá. Ou seja, o termo não-orçamentário refere-se a rubricas classificadas sob os seguintes títulos da Conta de Ativos e Passivos:

- a) empréstimos, investimentos e adiantamentos;
- b) contas para fins especiais;
- c) outros ativos;
- d) outros passivos. (*Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary*)

Normas de auditoria (Audit Standards) Níveis definidos de expectativas usados para avaliar a adequação de procedimentos de auditoria face aos objetivos a serem atingidos, à qualidade e à extensão de sua aplicação e à adequação do relatório do auditor daí resultante. (CICA: *Terminologia/Terminology*)

Normas de desempenho (Performance Standards) São a base para a comparação

dos resultados ou desempenho de ações semelhantes expressos em termos quantitativo ou qualitativo; podem ser estabelecidas por autorização, tradição ou consenso geral.

Numerário em trânsito (Cash in Transit) Dinheiro em mãos de cobradores de impostos ou dinheiro recebido por funcionários públicos antes do fechamento das contas, na data de 31 de março, mas não depositado para crédito do Tesoureiro Geral do Canadá até aquela data. (*Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary*)

Objetividade (Objectivity) Característica importante e desejável do relacionamento entre o auditor e a organização auditada, na qual os achados e relatórios do auditor serão influenciados apenas pelas provas obtidas e apresentadas de acordo com as normas e práticas de auditoria do Escritório. (Vide também **Independência**)

Objetivo (Objective) Declaração normativa dos impactos e efeitos das realizações e contribuições para um determinado programa. Semelhante a meta ou finalidade. (Guia de Auditoria: Auditoria de procedimentos para Eficácia/*Audit Guide: Auditing of Procedures for Effectiveness*)

Objetivos dos programas (Program Objectives) Programas são conjuntos de insumos (*input*) e produtos (*output*) que levam a uma série de resultados, ou seja, coisas que acontecem como resultado dos exsumos dos programas. Esses resultados que os programas devem atingir ou pelos quais são responsáveis são chamados "Objetivos dos programas".

Observações de auditoria (Audit Observations) Os achados e as conclusões da auditoria são denominados observações na fase do relatório de auditoria. (*Abordagem/Approach*)

Opinião de auditoria (Audit Opinion) (Vide **Função de emitir parecer**)

Orçamento (Budget) Estimativa pormenorizada de operações futuras, em termos de quantidades e/ou de valores em dinheiro, que têm como finalidade garantir o planejamento e controle dessas operações e atividades (CICA: *Terminologia/Terminology*)

Orçamento geral (*Estimates, Main*) O Orçamento Geral é apresentado ao Parlamento, para aprovação, das propostas de despesa do Governo para o ano fiscal seguinte. A redação dessas propostas e as despesas estipuladas quando incluídas nas Leis de Crédito Orçamentário estabelecem as condições governamentais sob as quais essas despesas podem ser efetuadas. O Orçamento Geral para cada departamento inclui as despesas orçamentárias e não orçamentárias (ex.: empréstimos e adiantamentos) por programa, atividade e objeto da despesa, e também demonstram os recursos humanos por categoria ocupacional. Para fins de informação, o orçamento inclui também despesas descritas como rubricas estatutárias, para as quais os fundos necessários já foram aprovados através de legislação existente. O Orçamento Geral é posto em discussão pelo Presidente do Conselho do Tesouro na Câmara dos Comuns, em fevereiro, para o ano fiscal, que começa em abril.

Orçamento de investimentos de capital (*Capital Budget*) Parte de um orçamento ou orçamento independente que diz respeito ao aumento de bens permanentes e respectivo financiamento. (Kohler)

Orçamento de programa (*Program Budgeting*) Sistema de gestão dedicado ao planejamento e controle de recursos de uma organização, para garantir que eles sejam eficazmente empregados na consecução dos objetivos da organização. Esse sistema enfatiza a definição de objetivos organizacionais, a seleção de programas ótimos para se atingirem esses objetivos, a conversão de planejamentos e decisões programáticas em exigências de recursos e a avaliação de resultados (vantagens) face aos recursos utilizados. (Baseado em CICA: Terminologia/Terminology)

Orçamento suplementar (*Estimates, Supplementary*) Orçamento suplementar (normalmente designado como supl. A, B, C e se necessário, D, de acordo com a ordem e a necessidade de apresentação) abrange rubricas como dinheiro gasto a mais em relação às despesas estatutárias, aumento de encargos para financiamento da dívida pública, novos programas, transferência de dinheiro entre programas existentes, alterações nas solicitações existentes de crédito já aprovado ou aumentos devidos a ajustes salariais durante o ano.

Pagamento por transferência (*Transfer Payment*) Pagamento autorizado por um crédito orçamentário pelo qual não são recebidos quaisquer bens ou serviços e

que não dá origem a crédito financeiro nem representa liquidação de compromisso financeiro. Os dois tipos mais comuns de pagamento por transferência são as concessões (por ex., pagamentos de abonos de família) e as contribuições (por ex., pagamentos de bolsas de estudo - Comissão Canadense para Emprego e Imigração). (Dicionário Bilingüe/Bilingual Dictionary)

Papéis correntes, pasta de (*Binder, Substantiation*) (Vide Pasta de papéis correntes)

Papéis permanentes, pasta de (*Binder, Briefing*) (Vide Pasta de papéis permanentes)

Papéis de trabalho (*Working Papers*) Tabelas, transcrições, análises, confirmações, notas e outros memorandos reunidos por um auditor no desempenho de suas funções. (Baseado em CICA: Terminologia/Terminology)

Parlamento do Canadá (*Parliament of Canada*) Compreende a Coroa, o Senado e a Câmara dos Comuns. No âmbito dos poderes que lhe são conferidos pela Constituição, o Parlamento é supremo - isto é, composto pelos poderes executivo e legislativo. As leis do Parlamento exigem a aprovação de ambas as câmaras do Parlamento e posteriormente a aprovação real, antes de entrarem em vigor. Embora as prerrogativas do Parlamento sejam importantes, trata-se, na realidade, de uma instituição com o comportamento predominantemente ritual e previsível e que é funcionalmente inferior, em termos de definição de políticas, ao Conselho de Ministros e aos quadros superiores de serviço público. (McMenemy)

Passivo contingente (*Contingent Liabilities*) São dívidas potenciais que podem se tornar obrigações financeiras reais caso certos acontecimentos ocorram ou não. Por exemplo, o passivo contingente do Governo do Canadá consiste nas garantias explícitas oferecidas pelo governo nas perdas potenciais resultantes de litígios pendentes ou ameaças de litígios relacionados a queixas e avaliações por quebra de contrato, prejuízos a pessoas e propriedades e rubricas afins. (Vocabulário Bilingüe/Bilingual Vocabulary)

Parágrafo do escopo (*Scope Paragraph*) Parágrafo do relatório de um auditor que identifica as informações dadas e descreve a natureza e a extensão do exame do

auditor. (CICA: Terminologia/Terminology) (Vide também *Escopo de auditoria*)

Pasta de papéis correntes (*Substantiation Binder*) Comprovação e documentação de todas as declarações que compõem o Relatório anual apresentado à Câmara dos Comuns, reunidas em pastas. As pastas devem ser organizadas quando da revisão, por alíneas, de cada capítulo do Relatório anual, para garantir a existência de documentação adequada à fundamentação de cada uma das declarações. As pastas são para o uso do Chefe da equipe de Revisão Central/Edição e pelas testemunhas que respondem a questões detalhadas ou técnicas relativas ao Relatório anual e trabalhos a ele relacionados. (Vide também *Pasta de papéis permanentes* e *Dossiê da Comissão de Contas Públicas*)

Pasta de papéis permanentes (*Briefing Binder*) "Arquivo permanente" das equipes de auditoria desenvolvido na fase de planejamento. É uma pasta de informações que contém um resumo facilmente acessível da organização a ser auditada. Esta pasta é preparada durante a primeira parte da fase de planejamento, fundamentalmente, para fornecer aos membros do Conselho de Auditoria e da equipe de auditoria informações sobre os antecedentes da organização. (Compare com *Pasta de papéis correntes* e com o *Dossiê da Comissão de Contas Públicas*)

Pista da auditoria (*Audit Trail*) Trajeto que permite acompanhar o ciclo de processamento de entrada e saída dos dados. (CICA: Terminologia/Terminology)

Planejamento (*Planning*) Processo de determinar previamente os resultados de um programa, suas características e quantidade, os meios pelos quais esses resultados serão atingidos e a identificação dos recursos a eles associados; o planejamento pode ser a longo prazo, programático ou operacional.

Planejamento da auditoria (*Audit Planning*) (Vide *Fases da Auditoria*)

Planejamento estratégico (*Strategic Planning*) Planejamento a longo prazo (estratégico) envolve a determinação dos principais objetivos (normalmente a longo prazo) de uma organização e os princípios e estratégias que devem reger a aquisição, utilização e alienação de recursos para atingir tais objetivos. Planos estratégicos dizem respeito a princípios e objetivos prioritários e de alto nível.

Às vezes são apenas projetos do diretor de planejamento. A coordenação de planejamentos estratégicos entre as principais áreas de uma organização é essencial. (Guia de Auditoria: Planejamento/*Audit Guide: Planning*) (Vide também *Planejamento*)

Planejamento a longo prazo (*Long-range Planning*) (Vide *Planejamento*)

Planejamento de recursos humanos (*Human Resource Information Systems*) Sistemas que asseguram a disponibilidade de um número suficiente de pessoas com habilitações apropriadas, onde e quando elas forem necessárias, de modo a atingir as metas de curto e longo prazo de uma organização. (Guia de Auditoria: Auditoria de planejamento de recursos humanos/*Audit Guide: Audit of Human Resource Planning*)

Poder Executivo (*Executive*) Setor do Governo do Canadá que executa a lei. A Constituição de 1867 fornece a base do poder executivo para o Governo do Canadá. O papel do Parlamento é o de legislar; administrar é função do executivo. Os poderes executivos, ou seja, os poderes da Coroa, são exercidos pelo Governador Geral, representante da Rainha, que atua com a assessoria do Conselho Privado, cujos membros são nomeados pelo Governador Geral para auxiliar e assessorar o Governo do Canadá. Por tradição, apenas os Conselheiros que são membros do Gabinete Governamental naquela data podem constituir o corpo ativo do Conselho. Os poderes executivos são assim destituídos pelo Governador Geral, que atua em nome da Comissão do Conselho Privado - Governador em Conselho - após tê-la ouvido.

Poder Legislativo (*Legislature*) Parlamento do Canadá. Consiste da Câmara dos Comuns eleita, do Senado nomeado e da(o) Soberana(o) representada(o) pelo Governador Geral. Os poderes legislativos gerais do Parlamento encontram-se definidos na Constituição de 1867 e em outras constituições. O Parlamento deve reunir-se pelo menos a cada 12 meses. (Organização/*Organization*) (Vide também *Parlamento do Canadá*)

Populações (*Populations*) No contexto da estatística, o termo refere-se a qualquer grupo finito ou infinito de elementos, não necessariamente seres vivos, sujeitos a um estudo estatístico. (Baseado em *Random House*)

Práticas de administração (*Management Practices*) Termo genérico que engloba as informações, sistemas e métodos usados pelos dirigentes para tomar decisões, implementá-las e determinar se essa implementação atinge os resultados pretendidos, obedecendo aos critérios de economia, eficiência e eficácia.

Princípios (*Policies*) Normas gerais de atuação desejadas para uma organização. Fornecem guias de atuação e tomada de decisões dentro da estrutura de recursos atuais ou futuros. Esses princípios tendem a limitar o âmbito ou área dentro dos quais decisões devem ser tomadas e a assegurar que decisões necessárias contribuam para a consecução dos objetivos.

Princípios contábeis (*Accounting Principles*) 1. Regras que orientam a medida, classificação e interpretação da informação econômica e a comunicação dos resultados através de demonstrações financeiras. 2. Única regra contábil a ser seguida em determinadas circunstâncias, em oposição a uma prática contábil que pode ser uma entre várias alternativas. (CICA: Terminologia/Terminology)

Procedimentos (*Procedures*) Os procedimentos são mais específicos do que os princípios e estabelecem a sequência de ações cronológicas, racionais e lógicas que devem ser tomadas para se atingir um resultado global ou restrito.

Procedimentos da auditoria (*Audit Procedures*) Ações ou medidas específicas adotadas ao se coletar a documentação da auditoria em determinadas circunstâncias.

Procedimentos de conformidade (*Compliance Procedures*) Procedimentos de auditoria utilizados para evidenciar se os controles internos preestabelecidos estão operando eficientemente. (CICA: Manual/Handbook)

Procedimentos específicos de controle (*Specific Control Procedure*) (Vide Controle interno)

Procedimento substantivo (*Substantive Procedure*) Procedimentos de auditoria utilizados para se conseguir evidências quanto à validade dos dados produzidos pelo sistema de contabilidade. (CICA: Manual/Handbook)

Processo da auditoria (*Audit Process*) Método para se obter e avaliar objetivamente a documentação que constitui a base do parecer da auditoria.

Produtividade (*Productivity*) Relação aritmética entre a quantidade de bens ou serviços produzidos e a quantidade de recursos dispendidos na sua produção - a relação entre a entrada (*input*) e a saída (*output*). O relacionamento existente entre a produtividade e uma norma de desempenho constitui uma medida de "eficiência". (Guia de Auditoria: Auditoria de Eficiência/*Audit Guide: Auditing of Efficiency*)

Programa (*Program*) Grupo de atividades departamentais interrelacionadas destinadas a atingir objetivos específicos, com autorização do Parlamento.

Programa da auditoria (*Audit Program*) Especificações das medidas a serem adotadas durante a fase de execução para determinar se os critérios da auditoria estão sendo cumpridos.

Lista pormenorizada da natureza e do alcance dos procedimentos a serem seguidos em um projeto específico da auditoria. (Baseado em CICA: Terminologia/Terminology)

Projeto (*Project*) Conjunto de trabalho, de natureza temporária ou contínua, que se caracteriza por uma finalidade comum. Um projeto é normalmente planejado e executado no universo de um único centro de responsabilidade.

Quadro de avaliação (*Evaluation Framework*) Breve análise de um programa para avaliar até que ponto são claros e realistas os seus objetivos, competências e estrutura e para garantir a disponibilidade dos dados exigidos para futuras avaliações. Esses dados são necessários a todos os programas novos ou significativamente alterados. (Relatório Anual/*Annual Report 1983:92*)

Receitas orçamentárias (*Budgetary Revenues*) Consistem de todas as receitas fiscais ou não que afetam o déficit ou superávit anual do Governo. (Contas Públicas/*Public Accounts*)

Recomendações de auditoria (*Audit Recommendations*) Resultado da identificação e avaliação de ações corretivas alternativas possíveis (por ex., ao se considerar

a relação custo-benefício dos controles adicionais propostos) e seleção e justificativa das declarações explícitas, com vistas às melhorias necessárias. (Abordagem/*Approach*)

Recursos de PED (*EDP Facilities*) Abrangem o conjunto de computadores utilizados, respectivos terminais e telecomunicações da organização ou do escritório comercial, bem como o pessoal envolvido no planejamento e operação desses computadores e também responsável pelo desenvolvimento e manutenção do *software* de gestão ou do sistema operacional. (Guia de Auditoria: Auditoria de PED/*Audit Guide: Auditing of EDP*)

Registros essenciais (*Essential Records*) Registros mantidos para salvaguardar e controlar a propriedade pública, garantir uma verificação eficaz das tributações, coleta e dotação apropriada da receita e assegurar que as despesas sejam efetuadas apenas conforme o autorizado. (Lei do AG/*AG Act*)

Relatório anual do Auditor Geral (*Auditor General's Annual Report*) Relatório do Auditor Geral, referente a cada ano fiscal, que deve ser apresentado à Câmara dos Comuns, de acordo com o disposto na Seção 7 da Lei do Auditor Geral.

Relatório de auditoria (*Audit Reporting*) (Vide Fases de auditoria)

Relatórios cíclicos (*Cyclical Reporting*) Os relatórios de auditoria são o resultado de um vasto trabalho de auditoria. A finalidade é elaborar, pelo menos uma vez a cada cinco anos, um relatório sobre cada uma das principais organizações. Esse plano cíclico garante aos dirigentes governamentais um espaço de tempo razoável para a execução de ações corretivas, permite revisões mais razoáveis pelo Parlamento e contribui para o uso adequado dos limitados recursos de auditoria. Os relatórios cíclicos não significam necessariamente que uma organização seja auditada apenas uma vez a cada cinco anos. A Lei do Auditor Geral exige um parecer sobre o balanço anual do Governo do Canadá, assegurando assim que, em cada ano, seja efetuado um número mínimo de auditorias em todas as organizações governamentais. A ação de acompanhamento das recomendações dos auditores por parte da administração é, assim, um processo contínuo. Quaisquer assuntos relevantes que surjam durante o trabalho realizado anualmente serão regularmente comunicados ao Parlamento.

Relatório de gestão (*Management Letter*) São relatórios de auditoria dirigidos aos responsáveis competentes do órgão auditado.

Relevância (*Significance*) Relevância, tal como a importância relativa, é definida em relação à probabilidade de um assunto influenciar nos julgamentos ou decisões de um usuário de um relatório de auditoria. (CICA: PSAAC) (Vide **Importância relativa**)

Responsabilidade funcional (*Functional Responsibility*) Termo usado para indicar uma responsabilidade direta geral, mas necessária, por uma questão ou uma área homogênea de trabalho, com a finalidade de recolher, analisar e coordenar informações e contatos. Os chefes da responsabilidade funcional do Escritório são responsáveis, perante os seus colegas auditores, pelo assessoramento, aconselhamento e, algumas vezes, pelo pessoal de apoio, na auditoria de certas áreas específicas.

Responsabilidade de prestar contas (*Accountability*) Obrigação de responder por uma responsabilidade outorgada. Presume a existência de pelo menos duas partes: uma que delega a responsabilidade e outra que a aceita com o compromisso de prestar contas da forma como usou essa responsabilidade.

Revisão "a posteriori" da qualidade da auditoria (*Post Audit Quality Review*) Avaliação independente, efetuada por funcionários do Escritório do Auditor Geral, dos sistemas e controles usados no decurso do processo de auditoria, para garantir que a condução do trabalho e a elaboração dos relatórios tenham sido realizadas de acordo com as normas e práticas do Escritório do Auditor Geral.

Revisão (*Review, as a noun*)... 2. exposição e inspeção formal de tropas e esquadras, etc.; 3. retrospectiva, vistoria; levantamento geral ou reconsideração de alguém ou alguma coisa; 5. revisão. (*Concise Oxford*)

Risco (*Risk*) Perigo, possibilidade de más conseqüências, perda ou exposição a sinistro eventual. (Adaptado do *Concise Oxford*)

Risco de amostragem (*Sampling Risk*) Possibilidade de um teste aplicado a uma amostragem resultar em uma conclusão diferente daquela a que o auditor chegaria se o teste fosse aplicado do mesmo modo a todas as unidades de amostragem da população.

Risco geral da auditoria (*Overall Audit Risk*) Possibilidade de um auditor apresentar um relatório inapropriado ou enganoso. Uma consequência de um relatório enganoso pode ser o prejuízo, para a reputação do Escritório, no que diz respeito à litigação, publicidade adversa ou outros fatos relacionados com as informações divulgadas, o que às vezes é denominado de **risco profissional**.

Risco máximo da auditoria (*Ultimate Audit Risk*) Sinônimo de **Risco geral da auditoria**

Risco profissional (*Professional Exposure Risk*) (Vide **Risco geral da auditoria**)

Risco na realização da auditoria (*Audit Performance Risk*) Risco de que a auditoria não seja planejada, executada e avaliada adequadamente, incluindo aquele de não se detectar um erro ou uma situação propícia a erros numa amostragem de auditoria, deixando assim de se prever um teste capaz de descobrir erros numa situação que esteja sendo investigada, etc.

Senado (*Senate*) O Senado, parte do Parlamento do Canadá, foi criado pela constituição de 1867 e, tal como a Câmara dos Lordes do Reino Unido, destina-se a ser a Câmara Superior em um Parlamento de duas câmaras. Diferentemente da Câmara dos Lordes, o número de seus membros é limitado e não tem caráter hereditário. Os senadores devem ser súditos do Soberano, por nascimento ou naturalização. São designados pelo Governador Geral por indicação do Primeiro Ministro e devem se aposentar com a idade de 75 anos. Além disso, devem residir na província que eles representam e devem estar isentos de quaisquer impedimentos legais.

Qualquer proposta de lei terá que ser submetida ao Senado antes de entrar em vigor; projetos orçamentários, com exceção dos que dizem respeito à obtenção de fundos ou à realização de despesas, podem emanar do Senado. (Baseado no CCC-Câmara de Compensação do Comércio/CCH-Commerce Clearing House)

Sistema (*System*) Sistema pode ser definido, conceitualmente, como qualquer conjunto coeso de elementos que se encontram dinamicamente relacionados, para atingirem um propósito. Em todo o Manual, a palavra "sistema" é tomada em seu sentido mais amplo, abrangendo todos os elementos necessários à consecução de um objetivo estabelecido. Inclui a entrada de dados no sistema, os pro-

cessos utilizados, os recursos empregados nesses processos, a produção obtida e os efeitos que essa produção tem nos destinatários. Inclui também as estruturas administrativas utilizadas para orientar todos os outros elementos do sistema e para garantir que os resultados programados sejam atingidos. Os sistemas dispõem de controles para assegurar que proporcionem os resultados esperados.

Sistema de adiantamentos (*Imprest System*) Sistema de tratamento de desembolsos em que uma determinada quantia de dinheiro ou um saldo bancário são confiados a um indivíduo. A quantia de dinheiro ou saldo é regularmente reembolsada pelo montante exato dos desembolsos efetuados, com base nos vales emitidos como contrapartida dos desembolsos. O total de dinheiro em caixa (ou do saldo bancário) somado ao montante dos vales não reembolsados deve sempre ser igual ao total do fundo. Os vales de desembolso aparecem nos registros contábeis na data em que o cheque de reembolso for contabilizado. (Vocabulário Bilingüe/*Bilingual Vocabulary*)

Sistemas-chave de gerenciamento (*Key Management Systems*) Sistemas essenciais para o sucesso dos principais programas ou atividades desenvolvidos pela organização que está sendo auditada.

Sistema contábil (*Accounting System*) Sistema usado em uma organização para registrar e relatar operações contábeis. (CICA: Terminologia/*Terminology*)

Sistemas de informações de recursos humanos (*Human Resource Information Systems*) Sistemas que fornecem aos dirigentes informações básicas sobre pessoal, isto é, perfil dos empregados e suas posições nas organizações. Essas informações são armazenadas em algum meio que permita sua referência, análise, recuperação e a elaboração de relatórios. (Guia de Auditoria: Sistemas de informações de recursos humanos/*Audit Guide: Human Resource Information Systems*)

Sistema de medição de tempo padronizado (*Predetermined Motion Time Systems*) Variedades de técnicas baseadas na decomposição detalhada dos movimentos fundamentais da mão e do corpo, para os quais se estabeleceram determinadas medidas de tempo, através da análise de filmes e do estudo do tempo cronometrado. Analisando os padrões de movimentos do corpo e da mão ne-

cessários à execução de uma tarefa, sintetiza-se o tempo exigido para a consecução dessa tarefa a partir de uma tabela de valores predeterminados de tempo. (Guia de Auditoria: Auditoria de Eficiência/*Audit Guide: Auditing of Efficiency*)

Software de auditoria (*Audit Software*) Programas de computadores usados como instrumentos de auditoria. (CICA: Terminologia/*Terminology*)

Sondagem (*Testing*) Sinônimo de amostragem. (CICA: Terminologia/*Terminology*)

Subsidiária de propriedade exclusiva (Vide Empresa estatal)

Subvenções (*Grant*) Pagamentos incondicionais por transferência pelos quais o Governo do Canadá não recebe quaisquer bens ou serviços e que têm as seguintes características:

- Nos quadros de subvenções e contribuições no orçamento geral, as rubricas listadas como subvenções são de natureza legislativa. Desse modo, uma vez que o Parlamento emite uma autorização específica para um beneficiário ou classe de beneficiários e para uma determinada quantia, o valor dessa concessão não pode ser alterado sem autorização parlamentar.
- Subvenções são pagamentos incondicionais sem qualquer exigência de auditoria.
- A celebração de um acordo contratual não é imprescindível para uma subvenção. (Vocabulário Bilingüe/*Bilingual Vocabulary*)

Supervisão (*Monitoring*) Revisão contínua e recorrente de atividades e operações realizadas pelo administrador para assegurar que as tarefas distribuídas estão sendo executadas e estão funcionando como foram planejadas e que estão produzindo os resultados desejados, quer quantitativa quer qualitativamente ou ambas. A finalidade é notificar o dirigente responsável, em intervalos regulares (semanal, mensal ou trimestralmente), dos desvios dos planos (objetivos, metas), normas ou procedimentos que poderiam exigir ação corretiva. (Manual de Administração de Pessoal do CT/TB *Personnel Management Manual*)

Supervisionar (*Supervise*) Fiscalizar, acompanhar a execução ou desempenho de (algo) ou ações e atos de (pessoas); daí, supervisão (substantivo). (*The Concise Oxford Dictionary of Current English: 7th edition, 1983*)

Tesouro Nacional (*Consolidated Revenue Fund*) É o conjunto de todo o dinheiro público creditado em favor do Tesoureiro Geral do Canadá. (Vocabulário Bilingüe/*Bilingual Vocabulary*)

É um cofre público onde o dinheiro recolhido pelo Governo do Canadá é destinado pelo Gabinete Governamental aos departamentos e a certas empresas públicas mediante a aprovação parlamentar. A Lei da Administração Financeira contém procedimentos controladores de receitas e despesas. Esse conjunto de dinheiro público é creditado em favor do Tesoureiro Geral do Canadá, que é também Ministro de Suprimentos e Serviços. O Banco do Canadá e os bancos autorizados são os verdadeiros depositários desse dinheiro, segundo um acordo entre os próprios bancos... (McMenemy)

A Constituição de 1867 estabelece que todos os "impostos e receitas" devam formar um Fundo de Receita Consolidada e a Lei da Administração Financeira, para esse fim, define o fundo como "o conjunto de todo o dinheiro público creditado em favor do Tesoureiro Geral". A intenção, ao canalizar todo o dinheiro para esse fundo e ao exigir autorização parlamentar para todos os pagamentos dele provenientes, era que houvesse um controle eficiente e total do Parlamento. Nem todos os fundos públicos passam pelo Tesouro. Algumas empresas estatais da Coroa e alguns outros órgãos usam serviços bancários alternativos e gerem suas próprias contas. Os saldos de caixa dessas organizações não são registrados nos relatórios do Tesouro Nacional. (Guia do CT: Administração Financeira/*TB Guide: Financial Administration*)

Transações entre partes relacionadas (*Related Party Transactions*) Transações entre duas partes que não são independentes uma da outra. Por exemplo, entre filiais de uma mesma companhia e entre uma companhia e seus diretores ou funcionários. (CICA: Manual/*Handbook*)

Treinamento (*Training*) Toda atividade de aprendizagem que contribui para a aquisição de conhecimento, habilidades e experiência dos empregados nas suas funções atuais, de modo eficiente e eficaz, ou para prepará-los para assumir novas responsabilidades. (Guia do Conselho do Tesouro: Manual de Administração de Pessoal/*TB Guide: Personnel Management Manual*)

Últimos avanços do conhecimento (*State of the Art*) Técnicas, metodologia, dados e experiência mais avançados e disponíveis, relativos ao planejamento, aferi-

ção da eficiência, investigação formativa, pesquisa de avaliação ou avaliação de eficácia dos programas; nível de desenvolvimento atingido por qualquer ramo do conhecimento profissional em um determinado momento.

Vias e meios (*Ways and Means*) Vias e meios são um ato preliminar necessário ao lançamento de um novo imposto, à prorrogação de um imposto cujo término se aproxima, ao aumento da taxa de um imposto vigente e ainda à ampliação da incidência de um imposto vigente, de modo a incluir pessoas que ainda não são contribuintes.

Índice de Termos

A

Account/Compte/Conta

Accountability/Obligation de rendre compte/Responsabilidade de prestar contas

Accounting Control/Contrôle comptable/Controle contábil

Accounting Entity/Entité comptable/Entidade contábil

Accounting Principles/Principes comptables/Princípios contábeis

Accounting System/Système comptable/Sistema contábil

Accounts/Comptes/Contas

Accounts of Canada/Comptes du Canada/Contas do Canadá

Act of Parliament (See Statute)/Loi du Parlement/Lei do Parlamento (Vide Estatuto)

Activities/Activités/Atividades

Adequate/Satisfaisant, suffisant/Adequado

Administrative Control/Contrôle administratif/Controle administrativo

Agency/Organisme/Agência

Agent Corporation/Société mandataire/Corporação estatal

Agent of Change/Agent de changement/Agente de mudança

Allotment/Affectation/Dotação

Allotment Control/Contrôle des affectations/Controle de dotação

Appropriation/Crédit/Crédito orçamentário

Appropriation Act/Loi de crédits/Lei do crédito orçamentário

Assertion/Assertion/Declaração

Assurance/Certitude/Garantia

Attest Function/Fonction d'attestation/Função de emitir parecer

Audit/Vérification/Auditoria

Audit Advisory Committees/Comités consultatifs de vérification/Conselhos de auditoria

Audit Committee/Comité de vérification/Comissão de auditoria
 Audit Conclusion/Conclusion des vérificateurs/Conclusões de auditoria
 Audit Criteria/Critères de vérification/Critérios de auditoria
 Audit Examination/Examen de vérification/Execução de auditoria
 Audit Finding/Constatation des vérificateurs/Achados de auditoria
 Audit Guides/Guides de vérification/Guias de auditoria
 Audit Observations/Observations des vérificateurs/Observações de auditoria
 Audit Opinion/Opinion de vérification/Opinião de auditoria
 Audit Performance Risk/Risque lié à la réalisation de la vérification/Risco na realização da auditoria
 Auditor/Vérificateur/Auditor
 Audit Phases/Phases de la vérification/Fases da auditoria
 Audit Planning/Planification de la vérification/Planejamento da auditoria
 Audit Procedures/Procédés de vérification/Procedimentos da auditoria
 Audit Process/Processus de vérification/Processo da auditoria
 Audit Program/Programme de vérification/Programa da auditoria
 Audit Recommendations/Recommandations des vérificateurs/Recomendações de auditoria
 Audit Reporting/Rapport de vérification/Relatório de auditoria
 Audit Scope/Étendue de la vérification/Escopo de auditoria
 Audit Software/Logiciel de vérification/Software de auditoria
 Audit Standards/Normes de vérification/Normas de auditoria
 Audit Trail/Piste de vérification/Pista de auditoria
 Auditor General Act/Loi sur le vérificateur général/Lei do Auditor Geral
 Auditor General's Annual Report/Rapport annuel du vérificateur général/Relatório anual do Auditor Geral
 Authority/Autorisation, respect des textes réglementaires, pouvoirs/Autorização

B

Binder, Briefing/Cahier d'information/Papéis permanentes, pasta de Binder, substantiation/Cahier de corroboration, dossier/Papéis correntes, pasta de
 Blue Book/Livre Bleu/Livro Azul
 Briefing Binder/Cahier d'information/Pasta de papéis permanentes
 Budget/Budget/Orçamento
 Budgetary Control/Contrôle budgétaire/Controle orçamentário
 Budgetary Expenditures/Dépenses budgétaires/Despesas orçamentárias
 Budgetary Revenues/Recettes budgétaires/Receitas orçamentárias
 Budgeting/Établissement du budget/Elaboração do orçamento

C

Cabinet Directive/Directive du Cabinet/Diretrizes do Governo
 Canada Gazette/Gazette du Canada/Gazeta do Canadá
 Capital Budget/Budget d'immobilisations, d'investissement/Orçamento de investimentos de capital
 Capital Expenditure/Dépenses en capital, d'immobilisations/Despesas de capital
 Cash in Transit/Fonds en transit/Numerário em trânsito
 Charge/Charger/Encarregar
 Charter/Charte/Decreto
 Client/Client/Cliente
 Collusion/Collusion/Conluio
 Commitment Accounting/Comptabilité d'engagement/Contabilização de compromissos
 Commitment Authority/Pouvoir d'engager des dépenses/Autorização para assumir compromissos

Committee of the Whole House/Comité plénier/Comissão Plenária
 Committees of the House and Senate/Comités parlementaires/Comissões da Câmara e do Senado
 Compensating Controls/Contrôles compensatoires/Controles de compensação
 Compliance Procedures/Procédes de vérification de la conformité/Procedimentos de conformidade
 Comprehensive Auditing/Vérification intégrée/Auditoria integrada
 Comptroller General/Contrôleur général/Controlador geral
 Confidences/Documents confidentiels du Conseil privé de la Reine/Documentos confidenciais
 Consolidated Revenue Fund/Trésor/Tesouro Nacional
 Contingent Liabilities/Passif éventuel/Passivo contingente
 Contribution/Contribution/Contribuição
 Control/Contrôle/Controle
 Control Assurance/Certitude de contrôle/Garantia de controle
 Control Environment/Cadre du contrôle/Ambiente de controle
 Co-ordinated Auditing/Vérification coordonnée/Auditoria coordenada
 Corporation, Agent/Société mandataire/Corporação estatal
 Costs/Coûts/Custos
 Criteria/Critères/Critérios
 Crown/Couronne/Coroa
 Crown Corporation/Société d'État/Empresa estatal
 Cyclical Reporting/Rapport cyclique/Relatórios cíclicos

D

Deduction/Déduction/Dedução
 Defalcation/Détournement (de fonds)/Desfalque
 Delegation of Authority/Délégation de pouvoir/Delegação de autoridade

Department/Ministère/Departamento
 Departmental Corporation/Établissement public/Empresa pública
 Deputy Head/Sous-chef/Adjunto
 Directive/Directive/Diretrizes

E

Economy/Économie/Economia
 EDP Applications/Applications informatiques/ Aplicações de PED
 EDP Facilities/Installations informatiques/Recursos de PED
 Effectiveness/Efficacité/Eficácia
 Effectiveness Measurement/Mesure de l'efficacité/Medida de eficácia
 Efficiency/Efficience/Eficiência
 Embezzlement/Malversation/Malversação
 Enabling Legislation/Loi habilitante/Lei de delegação
 Essential Records/Registres essentiels/Registros essenciais
 Estimates, Main/Budget des dépenses (principal)/Orçamento geral
 Estimates, Supplementary/Budget des dépenses (supplémentaire)/Orçamento suplementar
 Evaluation Assessment/Étude préparatoire à l'évaluation/Avaliação preliminar
 Evaluation Framework/Cadre d'évaluation/Quadro de avaliação
 Evaluation Study/Étude d'évaluation/Estudo de avaliação
 Evidence/Information probante, preuve/Evidência
 Examination Phase/Phase d'examen/Fase de execução
 Executive/Pouvoir exécutif/Poder Executivo
 Expenditure/Dépenses/Despesas

F

Financial Administration Act/Loi sur la gestion des finances publiques/Lei da administração financeira

Financial Control/Contrôle financier/Controle financeiro
 Financial Officers/Agents financiers/Funcionários da área de finanças
 Financial Signing Authorities/Pouvoir de signer des documents financiers/Autorização para assumir compromissos financeiros
 Finding/Constatation/Achados
 Fiscal Year/Exercice (financier)/Exercício financeiro
 Follow-up/Suivi/Acompanhamento
 Fraud/Fraude/Fraude
 Fraud, Management/Fraude administrative/Fraude administrativa
 Functional Responsibility/Responsabilité fonctionnelle/Responsabilidade funcional

G

General Controls/Contrôles généraux/Controles gerais
 Goal/But/Meta
 Government/Gouvernement/Governo
 Government of Canada/Gouvernement du Canada/Governo do Canadá
 Government of Canada as an Accounting Entity/État canadien en tant qu'entité comptable/Governo do Canadá como entidade contábil
 Government-wide Audits/Vérifications de portée générale/Auditorias governamentais de âmbito geral
 Grant/Suvention/Subvenções
 Guideline/Ligne directrice/Linha diretriz

H

Human Resource Information Systems/Systèmes d'information sur les ressources humaines/Sistemas de informações de recursos humanos
 Human Resource Planning/Planification des ressources humaines/Planejamento de recursos humanos

I

Illegal and Questionable Acts/Actes illégaux ou suspects/Ações ilegais e questionáveis
 Imprest System/Avance fixe/Sistema de adiantamentos
 Independence/Indépendance, impartialité/Independência
 Induction/Induction/Indução
 Interim Supply/Crédits provisoires/Crédito provisório
 Internal Audit/Vérification interne/Auditoria interna
 Internal Control/Contrôle interne/Controle interno
 Investigation/Étude spéciale, expertise/Investigação

K

Key (Essential) Controls/Contrôles essentiels, contrôles clés/Controles-chave
 Key Management Systems/Systèmes de gestion essentiels/Sistemas-chave de gerenciamento

L

Lapsed Funds/Fonds périmés, fonds non utilisés/Fundos prescritos
 Legal Entity/Entité juridique/Entidade legal
 Legislation/Lois/Legislação
 Legislature/Pouvoir législatif/Poder Legislativo
 Lines of Audit Enquiry/Secteurs d'intérêt pour la vérification/Linhas de investigação de auditoria
 Long-range Planning/Planification à long terme/Planejamento a longo prazo

M

Management/Direction, gestion, gestionnaire/Administração

Management Audit/Vérification de gestion/Auditoria de gestão
 Management Control/Contrôle de gestion/Controle de gestão
 Management Controls/Contrôles de gestion/Controles de gestão
 Management Letter/Lettre à la direction/Relatório de gestão
 Management Practices/Pratiques de gestion, méthodes de gestion/Práticas de administração
 Mandate/Mandat, mission/Mandato
 Materiality/Importance relative/Importância relativa
 Materiality Limit/Seuil d'importance relative/Limite da importância relativa
 Matters of Potential Significance/Questions d'importance éventuelles/Assuntos de potencial importância
 Ministry/Conseil des ministres/Ministério
 Monitoring/Surveillance, contrôle/Supervisão

N

Non-budgetary/Non budgétaire/Não-orçamentário
 Non-lapsing Authorities/Autorisations permanentes/Autorizações permanentes

O

Objective/Objectif/Objetivo
 Objectivity/Objectivité/Objetividade
 Observations, Audit/Observations des vérificateurs/Observações de auditoria
 Operational Audit/Vérification opérationnelle, vérification de gestion/Auditoria operacional
 Operational Control/Contrôle opérationnel/Controle operacional
 Operational Effectiveness/Efficacité des opérations/Eficácia operacional
 Operational Performance/Rendement des opérations/Desempenho operacional

Order in Council/Décret du conseil/Decreto do Conselho
 Overall Audit Assurance/Certitude globale de vérification/Garantia global de auditoria
 Overall Audit Risk/Risque global de vérification/Risco geral de auditoria

P

Parent Crown Corporation/Société d'État mère/Empresa estatal matriz
 Parliament of Canada/Parlement du Canada/Parlamento do Canadá
 Parliamentary Control/Contrôle parlementaire/Controle parlamentar
 Parliamentary Liaison Officer/Agent de liaison avec le Parlement/Funcionário de ligação com o Parlamento
 Payment Authority/Pouvoir de payer/Autorização para pagamento
 Performance/Rendement/Desempenho
 Performance Indicator/Indicateur de rendement/Indicador de desempenho
 Performance Measurement/Mesure du rendement/Medidas de desempenho
 Performance Standard/Norme de rendement/Normas de desempenho
 Planning/Planification/Planejamento
 Planning Phase/Phase de planification/Fase de planejamento
 Policies/Politiques/Princípios
 Populations/Population/Populações
 Post-audit Quality Review/Examen de la qualité après la vérification/Revisão "a posteriori" da qualidade da auditoria
 Predetermined Motion Time Systems/Méthode des temps prédéterminés/Sistema de medição de tempo padronizado
 Procedures/Procédés/Procedimentos
 Productivity/Productivité/Produtividade
 Professional Exposure Risk/Risque sur le plan professionnel/Risco profissional
 Program/Programme/Programa

Program Budgeting/Budgétisation de programmes, établissement de budgets par programmes/Orçamento-programa
 Program Effects/Répercussions des programmes/Efeitos dos programas
 Program Evaluation/Évaluation de programmes/Avaliação dos programas
 Program Objectives/Objectifs du programme/Objetivos dos programas
 Program Structure and Logic Model/Modèle de structure et de logique du programme/Modelo lógico e estrutura de programas
 Project/Projet/Projeto
 Project Management/Gestion de projets/Gestão de Projetos
 Public Accounts Committee/Comité des comptes publics/Comissão das Contas Públicas
 Public Accounts Committee Briefing Book/Cahier d'information pour les audiences du Comité des comptes publics/Dossiê da Comissão de Contas Públicas
 Public Accounts of Canada/Comptes publics du Canada/Contas públicas do Canadá
 Public Money/Deniers publics, fonds publics/Dinheiro público

Q

Queen's Privy Council for Canada/Conseil privé de la Reine pour le Canada/
 Conselho Privado da Rainha para o Canadá

R

Related Party Transactions/Opérations entre apparentés/Transações entre partes relacionadas
 Report (in parliamentary practice) Faire rapport/Fazer relatório (na prática parlamentar)
 Reporting Phase/Phase de rapport/Fase de relatório
 Results-based Auditing/Vérification axée sur les résultats/Auditoria baseada em resultados

Review/Examen, revue/Revisão
 Revolving Fund/Fonds renouvelable/Fundos renováveis
 Risk/Risque/Risco

S

Sampling/Échantillonnage/Amostragem
 Sampling, Representative/Échantillon représentatif/Amostragem representativa
 Sampling Risk/Risque lié au sondage/Risco de amostragem
 Scope/Étendue/Escopo
 Scope Paragraph/Paragraphe de délimitation/Parágrafo de escopo
 Senate/Sénat/Senado
 Senior Financial Officer/Agent financier supérieur/Funcionário superior de finanças
 Significance/Importance, importance relative/Relevância
 Specific Control Procedure/Procédés de contrôle particuliers/Procedimentos específicos de controle
 Spending Authority/Pouvoir de dépenser/Autorização para gastos
 State of the Art/Avancement, état des connaissances/Últimos avanços do conhecimento
 Statute/Loi (du Parlement)/Estatuto
 Statutory Expenditures/Dépenses législatives/Despesas autorizadas
 Strategic Planning/Planification stratégique/Planejamento estratégico
 Subsidiary, Wholly-owned/Filiale en propriété exclusive, à cent pour cent/Subsidiária de propriedade exclusiva
 Substantiation Binder/Dossier de corroboration, cahier/Pastas de papéis correntes
 Substantive Assurance/Certitude de corroboration/Garantia substantiva
 Substantive Procedure/Procédé de corroboration/Procedimento substantivo

Supervise/Superviser, surveiller/Supervisionar

System/Système/Sistema

Systems-based Auditing/Vérification analytique, vérification axée sur les systèmes/Auditoria baseada em sistemas

T

Testing/Sondage/Sondagem

Training/Formation/Treinamento

Transfer Payment/Paiement de transfert/Pagamento por transferência

Treasury Board Secretariat/Secrétariat du Conseil du Trésor/Secretariado do Conselho do Tesouro

Treasury Board, President of the/Président du Conseil du Trésor/Presidente do Conselho do Tesouro

U

Ultimate Audit Risk/Risque ultime lié à la vérification/Risco máximo da auditoria

V

Value-for-money Auditing/Vérification de l'optimisation des ressources/Auditoria de otimização de recursos

Votes/Crédits(parlementaires)/Créditos

W

Ways and Means/Avis de voies et moyens/Vias e meios

Working Capital Advance/Avance de fonds de roulement/Adiantamento de capital de giro

Working Papers/Feuilles de travail, dossiers de vérification/Papéis de trabalho

Cópias da versão em português podem ser adquiridas sem custo, no Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Centro Administrativo da Bahia, Plataforma 5. Salvador-Bahia-Brasil.

A presente publicação foi impressa pela LUFAN – Produção Gráfica, Tel.: (071) 231-8036, em dezembro de 1995, em Salvador, Bahia, Brasil
